**PLANO MUNICIPAL DE ASSSITÊNCIA SOCIAL**

**ITAIPULÂNDIA-PR**

**2026-2029**

**Identificação**

Título: Plano Municipal de Assistência Social de Itaipulândia

Vigência: 2026-2029

Atualização: 2025

Elaboração: Secretaria Municipal de Assistência Social

Porte Populacional: Pequeno porte I

Responsável: Tânia Mahl

**Dados da Prefeitura Municipal**

Prefeito: Lindolfo Martins Rui

Mandato do Prefeito (a): Início: 01/01/2025 Término: 31/12/2028

Endereço da Prefeitura: Rua São Miguel do Iguaçu, 1891 CEP:85880-000

Telefone: (45) 35598000 E-mail: prefeituraitaipulandia@gmail.com Site:www.itaipulandia.pr.gov.br

**Órgão Gestor da Assistência Social**

Nome do órgão gestor: SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

Número da lei de criação do órgão: 1.112/2010

Responsável: JAQUELINE EDUARDA TOZO ROYER

Ato de nomeação do (a) gestor (a): DECRETO 199/2021 Data nomeação: 11/05/2021

Endereço órgão gestor: Rua Independência, 1703 CEP:85880-000

Telefone: (45) 35592024 E-mail: assistenciaitaipulandia@hotmail.com

**Fundo Municipal de Assistência Social**

Número da Lei de Criação: 1.112/2019

CNPJ:12.449.774/0001-83

Nome do ordenador (a) de despesas do FMAS: Jaqueline Eduarda Tozo Royer

Lotação: Secretaria Municipal de Assistência Social

**Conselho Municipal de Assistência Social**

Número da Lei de Criação: 1.112/2019

Endereço CMAS: Rua Independência, 1703 CEP:85880-000

Telefone: (45 ) 35592024 E-mail:assistenciaitaipulandia@hotmail.com

Nome do Presidente: Tânia Mahl

Nome do secretario (a) executivo (a): Andrieli Vargas Ferraz

Número total de membros: 16

**COMPOSIÇÃO CMAS**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **NOME** | **REPRESENTAÇÃO** | **GOV./NÃO GOV.** | **TITULAR/SUPLENTE** |
| TÂNIA MAHL | SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL | GOV | TITULAR |
| THEILOR NICHETTI | SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL | GOV | SUPLENTE |
|  |  |  |  |
| ANGELA ADRIANA DOS SANTOS SCHAEFFER | SEC. DE EDUCAÇÃO | GOV | TITULAR |
| ALICE ABEGG | SEC. DE EDUCAÇÃO | GOV | SUPLENTE |
| LUAN LUIS SCHMITDT | SEC. DE FINANÇAS | GOV | TITULAR |
| ELTON GAEDICKE | SEC. DE FINAN ÇAS | GOV | SUPLENTE |
| PAULO DONIZETE VELOSO | SEC. DE SAÚDE | GOV. | TITULAR |
| CAMILA FERNANDA DE SOUZA | SEC. DE SAÚDE | GOV. | SUPLENTE |
| ADRIANE AP. DE OLIVEIRA | TRABALHADORES SUAS | NÃO GOV. | TITULAR |
| ANDRIELI VARGAS FERRAZ | TRABALHADORES SUAS | NÃO GOV | SUPLENTE |
| MARIA IZABEL DOS SANTOS | ONGS | NÃO GOV | TITULAR |
| NELSI MARIA SPIEKER | ONGS | NÃO GOV | SUPLENTE |
| IVANETE SCHONS GLESSE | ONGS | NÃO GOV. | TITULAR |
| ANGELA RAUBER | ONGS | NÃO GOV. | SUPLENTE |
| NATALINO ALMEIDA PERES | USUÁRIOS | NÃO GOV. | TITULAR |
| MARLISE MARTINES | USUÁRIOS | NÃO GOV | SUPLENTE |

# INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988, ao inserir a Assistência Social, juntamente com Saúde e a Previdência Social, no tripé da Seguridade Social, lhe atribuiu o status de política pública, concebida enquanto um direito do cidadão e um dever do Estado. O artigo constitucional 203 define que a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, tendo por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso desde que comprovada a impossibilidade de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme assegurado em lei.

As regulações infraconstitucionais, desde 1993, quando foi aprovada a Lei Federal nº 8.742, denominada Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS têm cada vez mais sido aprimoradas. A LOAS estabelece a primazia da responsabilidade do Estado na condução das ações, o comando único das ações em cada esfera de governo e a participação da sociedade civil na condução da política como diretrizes da assistência social brasileira. Esta lei foi recentemente alterada pela Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011, que incorporou conteúdos já presentes na operacionalização desta política desde 2004, quando o Conselho Nacional de Assistência Social aprovou a Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

No Brasil, a Assistência Social é regulamentada pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS, aprovada em 2004, definida como política pública de direitos e de cidadania, ela se efetiva através do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Este Sistema define princípios e diretrizes que orientam a execução da PNAS, através do Pacto Federativo. A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas garantida desde 1988 pela Constituição Federal. O SUAS orienta a oferta de proteção social para a população que dela precisar, priorizando a parcela da sociedade que se encontra em situação de vulnerabilidade e risco social. Para isso são definidos Serviços, Programas, Projetos e Benefícios Socioassistenciais a serem ofertados nos municípios e no Distrito Federal, objetivando o desenvolvimento de ações que possibilitem a superação da pobreza e a promoção dos direitos humanos.

A PNAS institui o Sistema Único de Assistência Social - SUAS e, junto com as regulações que se caracterizam como seus desdobramentos, especialmente a Norma Operacional Básica, estabelece que as ações socioassistenciais sejam concebidas como proteção social às famílias em situação de vulnerabilidade social. Esta concepção de proteção supõe conhecer os riscos, as vulnerabilidades sociais das pessoas sujeitos de sua ação, bem como, os recursos necessários para afiançar segurança social. E, conhecendo os riscos, avaliar e propor as formas de enfrentá-los. Neste sentido, essa política busca desenvolver três funções principais para assegurar sua prestação enquanto direito do cidadão e dever do Estado, incorporadas a LOAS a partir do texto da nova “Lei do SUAS”, quais sejam: a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa social e institucional. Desta forma, esta Política, nos termos da própria PNAS "configura-se como possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários e espaço de ampliação de seu protagonismo".

No tocante à proteção social, a PNAS estabelece que o campo de ação desta política deve garantir, quanto à segurança, o seguinte: 1) Segurança de rendimento, que implica na "garantia de que todos tenham uma forma monetária de garantir sua sobrevivência, independentemente de suas limitações para o trabalho ou do desemprego"; 2) Segurança de acolhida, "opera como a provisão e necessidades humanas que começa com os direitos à alimentação, ao vestuário e ao abrigo, próprios da vida humana em sociedade"; 3) Segurança de convívio, que implica no resgate dos vínculos sociais considerando as dimensões multicultural, Inter geracional, Inter territorial, intersubjetivas, entre outras.

Para cumprimento dessas funções, no tocante à garantia de Proteção Social, a política de Assistência Social passa a ser organizada da seguinte forma: Rede de Proteção Social Básica e Rede de Proteção Social Especial, de modo que todas as seguranças previstas sejam afiançadas.

A PNAS aponta que, marcada pelo caráter civilizatório presente na consagração de direitos sociais, a LOAS exige que as provisões assistenciais sejam prioritariamente pensadas no âmbito das garantias de cidadania sob vigilância do Estado, a quem cabe a universalização da cobertura e a garantia de direitos e acesso aos serviços, programas, projetos e benefícios sob sua responsabilidade. Nesta direção, também a Política Municipal de Assistência Social - PMAS se volta com prioridade para o desenvolvimento, além da proteção social, das outras duas funções atribuídas a esta área de política púbica - a vigilância socioassistencial e a defesa social e institucional.

A vigilância se refere ao conhecimento da presença das vulnerabilidades sociais da população e dos territórios, a partir da produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados da incidência dessas situações sobre indivíduos e famílias nos diferentes ciclos de vida. Segundo a Lei 12.435/2011, visa analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos.

A defesa social e institucional implica na garantia do direito do usuário de acesso à proteção social básica e especial para a busca de condições de autonomia, resiliência e sustentabilidade, protagonismo, acesso a oportunidades, capacitações, serviços, condições de convívio e socialização. A Lei do SUAS lhe atribui o papel de garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

A gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), entendido como um Sistema Descentralizado e Participativo, de acordo com a diretriz constitucional de descentralização político-administrativa, tem como objetivos integrar a rede pública e privada, estabelecendo a gestão integrada de serviços e benefícios; implementar a gestão do trabalho; afiançar a vigilância socioassistencial e a garantia dos direitos, definindo e organizando os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política de Assistência Social, possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede socioassistencial.

Em relação à rede socioassistencial, o SUAS estabelece que está se responsabilize pelas provisões vinculadas às proteções sociais básica e especial, seja diretamente por entes públicos, seja por entidades e organizações não governamentais referenciadas, e institui como equipamentos exclusivamente públicos estatais, os Centros de Referência da Assistência Social - CRAS e os Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (dentre os quais o Centro de Referência Especializada para Pessoas em Situação de Rua - Centro Pop), que devem desenvolver, respectivamente, o PAIF (Proteção e Atendimento Integral à Família) e o PAEFI (Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos).

Deste modo e, tendo em vista que uma política descentralizada atribui à esfera local responsabilidades específicas nas provisões e garantias de direitos, torna-se condição imperativa para o desenvolvimento desta área que a Secretaria Municipal de Assistência Social de Itaipulândia amplie, estruture e qualifique sua rede socioassistencial sob os moldes da nova legislação nacional. Tal perspectiva requer a garantia de recursos orçamentários e financeiros, em escala crescente ano a ano, com vistas a assegurar investimentos em todos os campos, quais sejam: provisão de recursos humanos efetivos para a prestação dos serviços exclusivamente públicos e de gestão da política; garantia da manutenção dos serviços já existentes, cumprindo o caráter de continuidade das ofertas da assistência social; implantação de novos serviços de acordo com o diagnóstico social e dados da vigilância socioassistencial; construção de estruturas públicas adequadas para o funcionamento dos serviços e reforma das estruturas atuais onde funciona o CRAS, cumprindo as normativas legais relacionadas às condições de oferta dos mesmos; incremento dos materiais e equipamentos necessários às provisões desta política pública, a fim de imprimir a marca da qualidade a essas ofertas; garantia de condições para o exercício do controle social, especialmente a manutenção do Conselho e a realização de Conferências Municipais da Assistência Social; publicação de materiais informativos e formativos sobre a Assistência Social, com a edição de periódicos e materiais gráficos sobre a área; além da manutenção dos recursos suficientes, ano a ano, para realizar o repasse para co-financiamento dos serviços complementares desta política prestados pela rede não governamental; dentre outras atividades relacionadas à prestação qualificada dos serviços, benefícios, programas e projetos a ela vinculados.

Para tanto, também ganha ênfase nesse processo, pela Lei 12.435/2011 e pela Norma Operacional Básica 2012, a gestão em sua dimensão mais ampla, ou seja, no tocante ao planejamento, monitoramento e avaliação, a vigilância socioassistencial e a gestão do trabalho. Um dos desafios que ganham destaque é o desenvolvimento da gestão do trabalho no âmbito do SUAS, na esfera municipal, à luz do que disciplina a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS) - Resolução CNAS nº 1, de janeiro de 2007, que estabelece mecanismos reguladores da relação entre gestores e trabalhadores, tanto para os serviços governamentais quanto para os prestadores (não governamentais) de serviços socioassistenciais, além da exigência de provimento de servidores públicos nas unidades, exclusivamente estatais, de proteção social básica e especial e na gestão.

O texto de apresentação da Política Municipal de Assistência Social - Lei nº 11.088/2011, diz que esta política tem a importante missão de assegurar a consolidação, no Município, das diretrizes, princípios e objetivos da Política Nacional de Assistência Social, de forma a organizar a ação, tanto governamental, quanto não governamental, numa rede integrada de efetiva Proteção Social, concebida como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. É nessa direção que o programa ora proposto deve caminhar, buscando qualificar, cada vez mais a gestão e a prestação dos serviços, com vistas ao desenvolvimento de seus usuários.

O Plano Municipal é um dos instrumentos que permite aos gestores e trabalhadores a adoção de práticas planejadas, mediante a leitura da realidade local, firmando assim o compromisso de alteração dos índices que compreendem a proteção social dos usuários e suas famílias. O Plano está previsto na LOAS, sendo um instrumento obrigatório para a gestão da Assistência Social no Município, além de sistematizar ações e planejar o processo de implementação para o quadriênio de 2018 a 2021, e submetido à aprovação do CMAS. 7/39 A elaboração do Plano Municipal de Assistência Social para o próximo quadriênio, considerou as normativas da Política de Assistência Social, o Pacto de Aprimoramento do SUAS, bem como o Plano Plurianual (PPA), a Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) e as deliberações da XII Conferência Municipal de Assistência Social, em conjunto com reuniões técnicas da gestão com os Serviços de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. No entanto, podemos dizer que este Plano é o documento de referência para a execução em que estabelece objetivo e metas, definindo os resultados e impactos esperados, para assim orientar a gestão da Política de Assistência Social para o próximo quadriênio

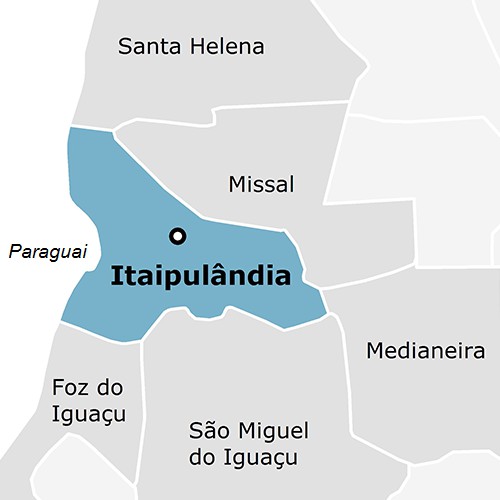
A Secretaria Municipal de Assistência Social, enquanto o órgão gestor desta política, compete, regimentalmente, coordenar, executar, manter e aprimorar o sistema de gestão da política e dos serviços de Assistência Social, respeitando os princípios e diretrizes de participação, descentralização e controle das ações, com o envolvimento e articulação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS); cabe a ela viabilizar as condições para que esse processo de aprimoramento se efetive, de modo a cumprir sua missão institucional e, assim, atender à população usuária com a dignidade e respeito que compõem o escopo do que se concebe como direito.

**2 - Diagnóstico Socioterritorial**

**HISTÓRICO**

Os pioneiros vieram para essa região em 1961, migrando de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, quando adquiriram o direito de posse de cerca de 800 alqueires da gleba Guairaçá. A primeira denominação foi Aparecida d’ Oeste Distrito de São Miguel do Iguaçú (“Aparecidinha d’ Oeste”) criado pela Lei Estadual nº 7.438, 29 de dezembro de 1980. Emancipou, através de plebiscito, pela Lei Estadual nº 9.908 de 19 de março de 1992, fundando assim, o município de Itaipulândia que teve o plebiscito realizado no dia 10 de novembro de 1991 e primeira eleição direta em 1992 vindo a primeira equipe administrativa se instalar, em 1º de janeiro de 1993. Localizado a 630 km da capital do Estado do Paraná, Curitiba, situado na região Oeste o município possui uma extensão territorial municipal de 336,173 km², onde a principal economia desde sua colonização era a agricultura com o cultivo à época de: fumo, feijão, milho e a mandioca. Os colonos dedicavam-se também a criação de bovinos e suíno.

**LOCALIZAÇÃO**



LIMITES DO MUNICÍPIO

FONTE: IPARDES

NOTA: Base Cartográfica ITCG (2010).

POPULAÇÃO ESTIMADA - 2024

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| População Estimada | 11.984 | habitantes |

FONTE: IBGE

AUTORIDADE ELEITA - 2025

Autoridade Eleita

Lindolfo Martins Rui

FONTE: TRE

INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS - 2023

|  |  |
| --- | --- |
| HISTÓRICO | INFORMAÇÃO |
| Origem do município - Desmembramento Data de instalação do município (1)  Data de comemoração do município | São Miguel do Iguaçu 01/01/1993  10 de novembro |

FONTE: Prefeitura

(1) Data em que o município foi instalado, independe da data de criação do mesmo, que é através de decreto, lei ou decreto-lei.

ÁREA TERRITORIAL - 2024

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| TERRITÓRIO | INFORMAÇÃO | UNIDADE |
| Área territorial | 329,386 | km² |

FONTE: IAT

DIVISÃO ADMINISTRATIVA - 2024

|  |  |
| --- | --- |
| DIVISÃO ADMINISTRATIVA | INFORMAÇÃO |
| Número de distritos administrativos Nome dos distritos administrativos  Comarca a que pertence | 2  Itaipulândia e São José do Itavó |

FONTE: IBGE (Distritos), TJPR (Comarca)

**DADOS ESTATÍSTICOS RELEVANTES**

continuação

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| ATIVIDADES ECONÔMICAS | ESTABELECIMENTOS | ÁREA (ha) |
| Pesca | - | - |
| Aquicultura | 4 | x |
| TOTAL | 517 | 13.267 |

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

O ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS E ÁREA SEGUNDO A CONDIÇÃO DO PRODUTOR - 2017

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| CONDIÇÃO DO PRODUTOR | ESTABELECIMENTOS | ÁREA (ha) |
| Proprietário | 442 | 12.650 |
| Assentado sem titulação definitiva | 17 | 62 |
| Arrendatário | 30 | 356 |
| Parceiro | 10 | 176 |
| Comodato | 5 | 11 |
| Ocupante | 4 | 12 |
| Produtor sem área | 9 |  |
| TOTAL | 517 | 13.267 |

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

NOTA: A soma das parcelas da área, não corresponde ao total porque os dados das unidades territoriais com menos de três informantes, estão desidentificados com o caracter 'x'.

POPULAÇÃO CENSITÁRIA SEGUNDO FAIXA ETÁRIA E SEXO - 2022

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| FAIXA ETÁRIA (anos) | MASCULINA | FEMININA | TOTAL |
| Com até 14 | 1.275 | 1.197 | 2.472 |
| - Menores de 1 ano | 79 | 73 | 152 |
| - De 1 a 4 | 353 | 315 | 668 |
| De 1 | 81 | 74 | 155 |
| De 2 | 78 | 70 | 148 |
| De 3 | 92 | 94 | 186 |
| De 4 | 102 | 77 | 179 |
| - De 5 a 9 | 439 | 403 | 842 |
| De 5 | 76 | 90 | 166 |
| De 6 | 74 | 78 | 152 |
| De 7 | 94 | 79 | 173 |
| De 8 | 103 | 81 | 184 |
| De 9 | 92 | 75 | 167 |
| - De 10 a 14 | 404 | 406 | 810 |
| De 10 | 77 | 86 | 163 |
| De 11 | 91 | 85 | 176 |
| De 12 | 86 | 77 | 163 |
| De 13 | 74 | 79 | 153 |
| De 14 | 76 | 79 | 155 |
| De 15 a 64 | 3.884 | 3.911 | 7.795 |
| - De 15 a 19 | 405 | 408 | 813 |
| De 15 | 72 | 66 | 138 |
| De 16 | 88 | 85 | 173 |
| De 17 | 68 | 94 | 162 |
| De 18 | 100 | 84 | 184 |
| De 19 | 77 | 79 | 156 |
| - De 20 a 24 | 463 | 433 | 896 |
| - De 25 a 29 | 463 | 455 | 918 |
| - De 30 a 34 | 432 | 437 | 869 |
| - De 35 a 39 | 364 | 442 | 806 |

continuação

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| FAIXA ETÁRIA (anos) | MASCULINA | FEMININA | TOTAL |
| - De 40 a 44 | 419 | 383 | 802 |
| - De 45 a 49 | 388 | 397 | 785 |
| - De 50 a 54 | 372 | 349 | 721 |
| - De 55 a 59 | 329 | 314 | 643 |
| - De 60 a 64 | 249 | 293 | 542 |
| De 65 anos e mais | 565 | 653 | 1.218 |
| - De 65 a 69 | 221 | 226 | 447 |
| - De 70 a 74 | 162 | 171 | 333 |
| - De 75 a 79 | 108 | 133 | 241 |
| - De 80 anos e mais | 74 | 123 | 197 |
| TOTAL | 5.724 | 5.761 | 11.485 |

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

POPULAÇÃO CENSITÁRIA SEGUNDO TIPO DE DOMICÍLIO E SEXO - 2022

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| TIPO DE DOMICÍLIO | MASCULINA | FEMININA | TOTAL |
| Urbano |  |  | 8.117 |
| Rural |  |  | 3.368 |
| TOTAL | 5.724 | 5.761 | 11.485 |

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

POPULAÇÃO CENSITÁRIA SEGUNDO COR / RAÇA - 2022

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| COR / RAÇA | POPULAÇÃO | COR / RAÇA | POPULAÇÃO |
| Branca | 7.373 | Indígena | 212 |
| Preta | 365 | Sem declaração | - |
| Amarela | 28 |  |  |
| Parda | 3.507 | TOTAL | 11.485 |

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

POPULAÇÃO CENSITÁRIA SEGUNDO TIPO DE DEFICIÊNCIA - 2010

|  |  |
| --- | --- |
| TIPO DE DEFICIÊNCIA | POPULAÇÃO |
| Pelo menos uma das deficiências investigadas (1) | 1.596 |
| Visual | 1.135 |
| Auditiva | 509 |
| Física e/ou motora | 458 |
| Mental e/ou intelectual | 61 |

FONTE: IBGE - Censo Demográfico - Dados da amostra

1. A mesma pessoa pode apresentar mais de um tipo de deficiência.
2. MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA SEGUNDO A MODALIDADE DE ENSINO E A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - 2024

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| MODALIDADE DE ENSINO | FEDERAL | ESTADUAL | MUNICIPAL | PARTICULAR | TOTAL |
| Educação infantil | - | 7 | 861 | - | 868 |
| Creche | - | - | 490 | - | 490 |
| Pré-escolar | - | 7 | 371 | - | 378 |
| Ensino fundamental | - | 675 | 911 | - | 1.586 |
| Ensino médio | - | 334 | - | - | 334 |
| Educação profissional | - | 105 | - | - | 105 |
| Educação especial - classes exclusivas | - | - | 43 | - | 43 |
| Educação de jovens e adultos (EJA) | - | - | 31 | - | 31 |
| Ensino fundamental | - | - | 31 | - | 31 |
| Ensino médio | - | - | - | - | - |
| TOTAL | - | 1.016 | 1.803 | - | 2.819 |

FONTE: MEC/INEP

NOTA: O soma das parcelas pode divergir do total do Estado em razão de que um aluno pode estar matriculado em mais de uma modalidade de ensino, conforme a Sinopse Estatística da Educação Básica, divulgada pela fonte (INEP).

RECEITAS MUNICIPAIS SEGUNDO AS CATEGORIAS - 2023

|  |  |
| --- | --- |
| CATEGORIAS | VALOR (R$ 1,00) |
| Receitas correntes | 207.842.778,24 |
| Receitas de capital | 1.927.432,25 |
| TOTAL | 209.770.210,51 |

FONTE: STN/SICONFI

NOTAS: Dados sujeitos à alteração pela fonte.

São consideradas as receitas menos as deduções (FUNDEB, Transferências Constitucionais e Outras Deduções).

DESPESAS MUNICIPAIS POR FUNÇÃO - 2023

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| FUNÇÃO (1) | VALOR (R$ 1,00) | FUNÇÃO (1) | VALOR (R$ 1,00) |
| INTRAORÇAMENTÁRIA | - | Urbanismo | 3.434.547,66 |
| TOTAL (Exceto intraorçamentária) | 188.244.552,00 | Habitação | 11.250.643,37 |
| Legislativa | 3.094.968,38 | Saneamento | 128.408,50 |
| Judiciária | - | Gestão ambiental | 2.585.379,38 |
| Essencial à justiça | 749,92 | Ciência e tecnologia | - |
| Administração | 30.786.145,52 | Agricultura | 18.341.713,40 |
| Defesa nacional | - | Organização agrária | - |
| Segurança pública | - | Indústria | 1.505.119,25 |
| Relações exteriores | - | Comércio e serviços | 6.512.463,88 |
| Assistência social | 6.949.208,33 | Comunicações | - |
| Previdência social | 2.021.730,29 | Energia | 14.344.722,39 |

continuação

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| FUNÇÃO (1) | VALOR (R$ 1,00) | FUNÇÃO (1) | VALOR (R$ 1,00) |
| Saúde Trabalho Educação Cultura  Direitos da cidadania | 35.759.216,34  - 43.030.913,35  1.386.493,31  - | Transporte Desporto e lazer Encargos especiais  TOTAL GERAL | 2.843.003,57  1.910.989,56  2.358.135,58  188.244.552,00 |

FONTE: STN/SICONFI

NOTA: Dados sujeitos à alteração pela fonte.

(1 As despesas por função, correspondem ao nível máximo de agregação das ações desenvolvidas na esfera municipal, para a consecução dos objetivos de governo.

NÚMERO DE DOMICÍLIOS RECENSEADOS SEGUNDO TIPO E USO - 2022

|  |  |
| --- | --- |
| TIPO DE DOMICÍLIO RECENSEADO | TOTAL |
| Particular | 4.589 |
| Particular Permanente | 4.586 |
| Ocupado | 4.120 |
| Não Ocupado | 466 |
| Uso Ocasional | 167 |
| Vago | 299 |
| Particular Improvisado | 3 |
| Coletivo | 1 |
| TOTAL | 4.590 |

FONTE: IBGE - Censo Demográfico - Dados do Universo

CRIMES - 2024

|  |  |
| --- | --- |
| TIPO DE CRIME | NÚMERO |
| Armas de fogo apreendidas | 2 |
| Crimes de ameaça | 98 |
| Crimes de estelionato | 114 |
| Crimes de estupro | 10 |
| Crimes de furto | 84 |
| Crimes de lesão corporal | 78 |
| Crimes de roubo | 7 |
| Furtos de veículos | 4 |
| Ocorrências envolvendo tráfico de drogas | - |
| Ocorrências envolvendo uso/consumo de drogas | 1 |
| Perturbação do sossego/tranquilidade | 30 |
| Roubos de veículos | - |

FONTE: SESP

MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS - 2024

|  |  |
| --- | --- |
| TIPO DE MORTE | NÚMERO |
| Vítimas de Homicídio Doloso (1) | 2 |
| Vítimas de Roubo com Resultado de Morte (Latrocínio) | - |
| Vítimas de Lesão Corporal com Resultado de Morte | - |
| Vítimas de Feminicídio | - |
| Vítimas de Homicídio Doloso no Trânsito | - |

FONTE: SESP

(1) Nesta categoria estão incluídos os feminicídios e os homicídios dolosos no trânsito.

VIOLÊNCIA - 2024

|  |  |
| --- | --- |
| TIPO DE VIOLÊNCIA | NÚMERO |
| Violência contra a mulher | 213 |
| Violência doméstica | 82 |
| Violência doméstica contra a mulher | 75 |
| Violência sexual | 13 |

FONTE: SESP

POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA (PIA), ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) E OCUPADA POR TIPO DE DOMICÍLIO, SEXO E FAIXA ETÁRIA - 2010

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| INFORMAÇÕES | PIA (10 anos e mais) | PEA (10 anos e mais) | POPULAÇÃO OCUPADA |
| TIPO DE DOMICÍLIO |  |  |  |
| Urbano | 4.100 | 2.559 | 2.420 |
| Rural | 3.695 | 2.502 | 2.426 |
| SEXO |  |  |  |
| Masculino | 3.914 | 2.859 | 2.782 |
| Feminino | 3.881 | 2.201 | 2.063 |
| FAIXA ETÁRIA (anos) |  |  |  |
| De 10 a 14 | 838 | 70 | 54 |
| De 15 a 17 | 564 | 248 | 209 |
| De 18 a 24 | 1.084 | 895 | 862 |
| De 25 a 29 | 745 | 672 | 636 |
| De 30 a 39 | 1.421 | 1.222 | 1.181 |
| De 40 a 49 | 1.249 | 1.093 | 1.071 |
| De 50 a 59 | 839 | 606 | 588 |
| De 60 ou mais | 839 | 254 | 247 |
| TOTAL | 7.796 | 5.061 | 4.845 |

FONTE: IBGE - Censo Demográfico - Dados da amostra

NOTA: A soma das informações por tipo de domicílio, sexo e/ou faixa etária, podem diferir do total.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDHM) - 2010

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| INFORMAÇÃO | ÍNDICE (1) | UNIDADE |
| Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) | 0,738 |  |
| IDHM - Longevidade | 0,848 |  |
| Esperança de vida ao nascer | 75,87 | anos |
| IDHM - Educação | 0,608 |  |
| Escolaridade da população adulta | 0,46 |  |
| Fluxo escolar da população jovem (Frequência escolar) | 0,69 |  |
| IDHM - Renda | 0,779 |  |
| Renda per capita | 1.019,87 | R$ 1,00 |
| Classificação na unidade da federação | 62 |  |
| Classificação nacional | 823 |  |

FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - PNUD, IPEA, FJP NOTA: Os dados utilizados foram extraídos dos Censos Demográficos do IBGE.

(1) O índice varia de 0 (zero) a 1 (um) e apresenta as seguintes faixas de desenvolvimento

humano municipal: 0,000 a 0,499 - muito baixo; 0,500 a 0,599 - baixo; 0,600 a 0,699 - médio; 0,700 a 0,799 - alto e 0,800 e mais - muito alto.

ÍNDICE DE GINI DA RENDA DOMICILIAR PER CAPITA - 2010

Índice de Gini da Renda Domiciliar per Capita

0,6303

FONTE: IBGE - Censo Demográfico; Tabulações especiais do IPEA

NOTA: Mede o grau de concentração da distribuição de renda domiciliar per capita de uma determinada população em um determinado espaço geográfico. Interpre- tação: Quando o índice tem valor igual a um (1), existe perfeita desigualdade, isto é, a renda domiciliar per capita é totalmente apropriada por um único indivíduo.

Quando ele tem valor igual à zero (0), tem-se perfeita igualdade, isto é, a renda é distribuída na mesma proporção para todos os domicílios. Quanto mais próximo da unidade, maior a desigualdade na distribuição de renda.

RENDA MÉDIA DOMICILIAR PER CAPITA - 2010

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Renda Média Domiciliar per Capita | 1.011,20 | R$ 1,00 |

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Média das rendas domiciliares per capita das pessoas residentes em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Considerou-se como renda domiciliar per capita a soma dos rendimentos mensais dos moradores do domicílio, em reais, dividida pelo núme- ro de seus moradores. O salário mínimo do último ano para o qual a série está sendo cal- culada torna-se a referência para toda a série. Esse valor é corrigido para todos com base no INPC de julho de 2010, alterando o valor da linha de pobreza e consequentemente a proporção de pobres. O valor de referência, salário mínimo de 2010, é de R$ 510,00.

TAXA DE ALFABETIZAÇÃO SEGUNDO FAIXA ETÁRIA - 2022

|  |  |
| --- | --- |
| FAIXA ETÁRIA (anos) | TAXA (%) |
| De 15 ou mais | 92,81 |
| De 15 a 19 | 99,75 |
| De 20 a 24 | 99,11 |
| De 25 a 34 | 97,99 |
| De 35 a 44 | 96,58 |
| De 45 a 54 | 91,90 |

continuação

|  |  |
| --- | --- |
| FAIXA ETÁRIA (anos) | TAXA (%) |
| De 55 a 64 | 85,82 |
| De 65 e mais | 78,90 |

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Consideraram-se como pessoa alfabetizada a pessoa que sabe ler e escrever pelo menos um bilhete simples ou uma lista de compras, no idioma que conhece, independente do fato de estar ou não frequentando escola ou já ter concluído períodos letivos.

Diante a análise dos dados acima é possível perceber que no município vivem atualmente hoje cerca de 11.984 pessoas destas 2.472 com idade até 14 anos e 1.760 pessoas com mais de 60 anos de idade, além de uma população indígena de cerca de 212 pessoas. Porém apesar de um contingente de menos de 20 mil habitantes os números em relação a pobreza/renda familiar atualmente contamos com cerca de 2.567 famílias cadastradas no Cadastro Único do governo Federal e destas cerca de 1500 possui renda familiar de mais de um salário mínimo ou seja o município possui um índice de pobreza de cerca de 30% segundo os dados apresentados.

Outro número preocupante trata-se do índice de criminalidade pois, em 2024 foram registrados nas Polícias Civil e Polícia Militar 426 Boletins de Ocorrências destes crimes, tem-se registros homicídio, estupro, ameaça e lesão corporal. O número de violência doméstica foi de 75 casos, violência contra mulher 213 casos e 13 casos de violência sexual.

Itaipulândia, como parte da região de fronteira com o Paraguai, apresenta um índice de criminalidade mais elevado que a média estadual. Em particular, a taxa de homicídios é consideravelmente alta. Cidades na fronteira com o Paraguai, incluindo Itaipulândia, tiveram taxas de homicídios significativamente mais altas em comparação com a média do estado do Paraná em 2010. Por exemplo, a taxa em municípios ribeirinhos ao Lago de Itaipu foi de 62,2 homicídios por 100 mil habitantes, quase o dobro da taxa estadual de 34,4.

A região de fronteira também é afetada por outros crimes, como tráfico de drogas e outros delitos relacionados à criminalidade organizada, que frequentemente utilizam portos clandestinos para suas atividades.

Outra situação que não aparece nos estudos diz respeito aos casos de migrantes do país vizinho Paraguai, que preocupa e superlota as Políticas Municipais de Assistência Social, Saúde e Educação.

## **Análise da rede de serviços:**

Os serviços socioassistenciais do SUAS, ou Sistema Único de Assistência Social, abrangem uma ampla gama de ações e atendimentos destinados a pessoas em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de garantir direitos e fortalecer a convivência familiar e comunitária. Estes serviços visam desde a proteção básica à proteção especial, atendendo a diversas necessidades e grupos, como famílias, crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e pessoas em situação de rua.

# CONTEXTUALIZAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Município de Itaipulândia é de Pequeno Porte I e , por se encontrar em área de fronteira, recebe um contingente muito grande de usuários oriundos do pais vizinho; o Paraguai, um dos grandes problemas gerados por essa população é a falta de documentação, e a dificuldade de estar conseguindo adequar os mesmos ao sistema, pois todo cadastro exige documentação e esses usuários simplesmente não possuem registros, o que dificulta o acesso aos benefícios sócios assistenciais, na perspectiva de sanar ao menos em parte os problemas o município tem buscado através da Secretaria de Assistência Social e do CRAS, desenvolver atividades destinadas a população em situação de fragilidade decorrente da pobreza, ausência de renda, com fragilização de outras mazelas. Entre os programas e projetos municipais, são executados os programas Federais e Estaduais como: PBF (Programa Bolsa Família) Programa Leite das crianças, contribuição INSS, baixa renda da luz, carteira do idoso, e para ter acesso a estes programas e projetos à família deve estar devidamente cadastrado do cadastro único para programas sociais. Para a efetivação dos programas e projetos da Secretaria da Assistência Social a mesma conta com o controle social dos conselhos de direito como: CMAS –Conselho municipal de assistência social. CMDCA –Conselho municipal dos Direitos da criança e do adolescente. CMDI –Conselho Municipal dos direitos do idoso. Comitê Gestor do Programa bolsa família. Comitê gestor do Programa Estadual Leite das Crianças.

O Município conta ainda com cobertura 100% em ESF (Estratégia saúde da família), o que propicia a que se desenvolva um excelente trabalho em rede, além de contar com estrutura educacional em todas as comunidades que fazem parte do território municipal.

O Município tem buscado através da Secretaria de Assistência Social e do CRAS desenvolver atividades destinadas a população em situação de fragilidade decorrente da pobreza, ausência de renda, com fragilização e outras mazelas. A administração municipal tem como prioridade a efetividade no atendimento aos serviços públicos na área da assistência social, possibilitando o desenvolvimento de ações a serem executadas em atividades que englobem as mais diversas faixas etárias tais como: SCFV Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo Com Crianças e Adolescentes descentralizado em duas comunidades e na sede do CRAS- Os grupos possibilitam que aja nesta perspectiva um acompanhamento psicossocial as crianças e adolescentes nas faixas etárias entre 06 á 15 anos em situação de vulnerabilidade, objetivando a promoção e desenvolvimento emocional e afetivo, visando a integração social e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. GRUPO Com Família. Com Orientações e Formações- é um Projeto da Secretaria Municipal de Assistência Social que visa atender as famílias usuárias do CRAS e beneficiarias do PBF, as quais se encontram em situação de vulnerabilidade social, proporcionando assim uma melhor qualidade de vida às famílias. SCFV Com Idosos É voltado aos idosos do município, com atividades de socialização e orientação sobre saúde, qualidade de vida na terceira idade, atividade física monitorada por profissional capacitado, aulas de artesanato, momentos de lazer com matinês semanais e aulas de danças coreografadas, jogos diversos, entre outras atividades de acordo com as possibilidades de participação do grupo e respeitado a capacidade de cada um. SCFV Com de Gestantes- As gestantes que fazem parte do grupo participam desde o início da gestação até o nascimento do filho, o objetivo dos encontros e a troca de experiências e informações, as quais são transmitidas nos encontros realizados periodicamente, através de profissionais de diversas áreas, com esclarecimento acerca do parto, amamentação, cuidados com o recém-nascido, e também cuidados com a própria gestante, nos cuidados que devem ter em evitar o uso de álcool, drogas e outras substancias nocivas em qualquer período, mas principalmente na gestação.

Programa Jovem Aprendiz- O programa tem como objetivo incluir, capacitar e promover o desenvolvimento profissional de jovens para o mercado de trabalho, oportunizando com isso que jovens e adolescentes entre 14 e 24 anos possam estar ingressando no Programa e participando do primeiro emprego.

Programa Municipal de Acolhimento Familia Proteção Social de Alta Complexidade com equipe técnica exclusiva (Assistente Social e Psicóloga) que visa o acolhimento familiar em família extensa ou substituta de crianças e adolescentes em situação de risco social com previsão de pagamento de Bolsa Auxilio para manter custos básicos dos mesmos e Projeto Acolher acolhida em grupo terapia realizada por equipe da alta complexidade de mulheres vítimas de violência doméstica. Benefícios Eventuais previsão em lei municipal 1.766/2019; e após visitas domiciliares são entregues de forma emergencial Cestas Básicas, Cobertores, Colchões, kit enxoval para bebes, materias de construção e carga de gás para famílias em situação de vulnerabilidade social.

**REDE SOCIOASSISTENCIAL**

**── Gerenciamento Financeiro**

└── Planejamento Orçamentário

└── Prestação de Contas

**── Vigilância Socioassistencial**

└── Diagnóstico Territorial

└── Monitoramento de Indicadores

**── Proteção Social Básica**

└── CRAS

└──CADÚNICO

└── PAIF

└── SCFV

└── BENEF. EVENTUAIS

**─ Proteção Social Especial**

── Média Complexidade

└── CREAS

└── Medidas Socioeducativas

└── Alta Complexidade

└── Abrigos / Acolhimento Institucional

└── Famílias Acolhedoras

**Política Municipal de Assistência Social**

A Política Municipal de Assistência Social do Município de Itaipulândia tem sua atuação disciplinada por meio da Lei Municipal nº 1.112 de 12 de janeiro de 2021 , e, a qual dispõe sobre os objetivos da Assistência Social, Conselho de Assistência Social, Fundo Municipal de Assistência Social e a Conferência Municipal de Assistência Social. A Política de Assistência Social se organiza de forma descentralizada, voltada para um modelo de gestão participativa, sendo de competência dos três níveis de governo a sua organização, execução e financiamento. A Secretaria Municipal de Assistência Social, responsável pela gestão local da Política de Assistência Social, encontra-se em gestão plena de assistência social. Atualmente é estruturada e organizada da seguinte forma:

A Secretaria Municipal de Assistência Social é o órgão gestor da Política de Assistência Social em nível municipal, tem a competência de organizar, articular e fortalecer a rede socioassistencial, a fim de garantir a provisão de proteção social, respeitando os níveis de proteções (básica e especial), e suas complexidades, bem como assegurar e atender as orientações e normas que integram e efetivam o SUAS. Em abril de 2025 conta com 10 trabalhadores, destes 03 (três) são servidores estatutários efetivos os demais Cargos em Comissão e Terceirizados. O orçamento da Secretaria é composto por recursos municipais, estaduais e federais. Quanto ao ano de 2025, a previsão orçamentária total de R$ 8.974.959,46.

O SUAS organiza as ações da Assistência Social em dois tipos de proteção social. A primeira, denominada de Proteção Social Básica, atua com natureza de prevenção de situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades, aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, destina-se a família e/ou indivíduo que se encontra em situação de vulnerabilidade social decorrentes da pobreza, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou fragilização de vínculos afetivos familiares, ou de pertencimento social. A segunda, identificada de Proteção Social Especial, atua com natureza protetiva, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, uso de drogas, violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual, rompimento ou fragilização de vínculos, afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida protetiva de acolhimento e/ou socioeducativa de cumprimento de medidas socioeducativas.

No ano de 2025 a Secretaria Municipal de Assistência Social reorganizou o órgão gestor que passou por reestruturação separando os Departamentos de Assistência Social Básica e Especial ficando dividido em três: Departamento de Gestão de Assistência Social, Departamento de Proteção Social Básica e Departamento de Proteção Social Especial além, de criar o Setor de Vigilância Socioassistencial. O Departamento de Gestão de Assistência Social é composto por três Divisões sendo a Divisão de Planejamento e Sistema de Informações, Divisão de Monitoramento e Gestão de Recursos e Divisão de Vigilância Socioassistencial.

**Departamento de Gestão de Assistência Social compete**: é responsável pelas ações de aprimoramento da gestão da Política de Assistência Social, pelas ações de aprimoramento da gestão da Política de Assistência Social, a sistematização, análise e disseminação de informações a respeito do tipo, volume e padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial governamental e não governamental, o monitoramento com vistas a fundamentar a tomada de decisões sobre a condução da Política Pública de Assistência Social, através da observação, coleta e análise sistemática de dados e indicadores sobre o desenvolvimento dos serviços, programas e projetos. Assim, permite o gerenciamento dos recursos disponíveis, a correção de desvios e a solução dos problemas que surgem ao longo do processo de execução dos serviços, buscando a melhoria na qualidade das ações desenvolvidas.

**PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**

A Proteção Social Básica é um dos eixos que compõe a Política Nacional de Assistência Social. Em Itaipulândia esta é composta, em especial, por dois serviços: o CRAS- Centro de Referência da Assistência Social e a Central do Programa Bolsa Família. A PSB visa dar proteção integral ao cidadão conforme preconizado na Carta Magna de 1988 (Constituição Federal) e na LOAS de 1993, garantindo a Assistência Social como um direito garantido pelo Estado ao cidadão brasileiro. A PSB pretende “Prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).” (PNAS, p. 33, 2004) Dentro da PSB é garantido programas, serviços e projetos que visam a acolhida, convivência e socialização de famílias e indivíduos conforme situação vivenciada de risco e vulnerabilidade social.

Tendo em vista que a base da oferta de serviços do CRAS se dá através do PAIF, que tem como premissa o acompanhamento familiar para o fortalecimento de vínculos familiares que evitem o rompimento de laços afetivos e, o SCFV que visa por meio de atividades grupais, fortalecer os vínculos familiares e comunitários incentivando o protagonismo das famílias na superação das vulnerabilidades sociais a que estão expostas e a partir dessaação, os profissionais podem observam questões para além da vulnerabilidade de renda (acompanhada em conjunto pelo PAIF e pelo PBF), mas questões de natureza relacionais, e desta forma serem realizadosos devidos encaminhamentos para outras políticas públicas ou outros equipamentos dentro da rede socioassistencial. Assim, em Itapé, no ano vigente, a PSB tem como objetivo o fortalecimento do acompanhamentofamiliar por meio do PAIF, e ter como público alvo famílias em situação de descumprimento de condicionalidades do PBF e beneficiários de BPC. Uma das formas, de fazer um acompanhamento de qualidade na PSB é a parceria com as escolas que após diagnósticosocioterritorial das famílias do CRAS, mostraram maior índice de possíveis situações de descumprimento e de vulnerabilidades existentes no território. Por meio de atividades conjuntas, os técnicos do CRAS e PBF tem buscado chegar mais perto do território e das famílias para evitar que estas venham ter seus benefícios suspensos ou cancelados.

No que diz respeito as ações relacionadas a execução da PSB em domicilio, serviço especialmente ofertado aos idosos e pessoas com deficiência que estejam privados de socialização, levando em conta a amplitude do território,será também necessário o fortalecimento da rede Socioassistencial para o alcance das metas estabelecidas para o ano. Portanto, a PSB tem um papel importantíssimo no acesso e garantia de direitos aos cidadãos que necessitam da Assistência Social, pois, por meio de serviços coordenados provê uma ação protetiva, proativa e preventiva das situações de risco, vulnerabilidade e agravos sociais nas comunidades atendidas, urbanas ou rurais, propondo uma atuação elencada através de objetivos, prioridades e metas visando qualificar ainda mais o serviço ofertado aos usuários da Secretaria Municipal de Assistência Social.

OBJETIVO

- Acompanhar e avaliar a execução do planejamento de atividades conjuntas entre CRAS e PBF;

- Acompanhar por meio do PAIF, as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em fase de suspensão do benefício por descumprimento de condicionalidades;

- Acompanhar prioritariamente as famílias inseridas no Cadastro Único, e que são beneficiárias do Programa Bolsa Família através do PAIF;

- Acompanhar as famílias que estejam no perfil do PAIF, que apresentem outras vulnerabilidades sociais, para além da insuficiência de renda;

- Atualizar os dados das famílias inseridas para acompanhamento no SICON, semestralmente;

- Realizar nas Escolas do município Ações Socioeducativas referente ao descumprimento de condicionalidades do PBF;

- Realizar nos grupos do SCFV do CRAS Ações Socioeducativas informando e esclarecendo sobre os serviços prestados pela Central do PBF e CRAS; ⎫ Acompanhar através do PAIF as famílias com membros beneficiários do BPC;

- Garantir o cadastramento de famílias com membros beneficiários do BPC no CADÚNICO;

- Promover atividades que favoreçam a equidade no atendimento e a presença de povos tradicionais nos serviços concedendo-lhe acesso e garantia de direitos;

- Garantir a execução do Serviço de Proteção Social Básica em domicilio para pessoas idosas ou com deficiência;

- Garantir ao idoso que possui renda igual ou inferior a dois salários mínimo a Carteira do idoso, inserindo o mesmo e sua família no CADÚNICO;

- Fortalecer a oferta do SCFV no município garantindo espaços adequados as atividades e qualidade na oferta dos grupos para fortalecer os vínculos familiares e comunitários;

- Estreitar o diálogo com outras Políticas Públicas municipais, visando à compreensão sobre a Política de Assistência Social.

**AÇÕES INTEGRADAS**

- Busca ativa das famílias para inserção nos programas e serviços da PSB;

-Reuniões técnicas CRAS/PBF para alinhamento de serviços e promoção de atividades a população;

- Emissão de Carteira do Idoso/Passe livre;

- Acompanhar em especial, as famílias com dificuldades no cumprimento das condicionalidades do PBF

- Encaminhamento, com acompanhamento, para benefícios e serviços socioassistenciais ou para as demais Políticas Públicas;

- Promover a inserção das famílias e seus membros nos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais e das demais políticas sociais existentes no município.

**CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL**

O CRAS- Centro de Referência da Assistência Social é a ‘referência para o desenvolvimento de todos os serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica no SUAS’. Ressalta-se que sua função básica no ‘território de abrangência é seu caráter protetivo, preventivo e proativo’, servindo a comunidade como referência as famílias em situação de risco ou vulnerabilidade social. (BRASIL, p.7, 2016).

Partindo dessa premissa, em 2018 pretende-se dar continuidade aos trabalhos vem sendo desenvolvidos com a comunidade, dando primazia a partir das várias atividades ofertadas, ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, bem como, promovendo à prevenção e a superação dos riscos e vulnerabilidades sociais por meio da garantia de direitos socioassistenciais a população da zona urbana e rural. Dois serviços são essenciais neste equipamento: o PAIF – Serviço de Proteção e Atenção Integral as Famílias e o SCFVServiço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. O primeiro tem como objetivo fortalecer o vínculo familiar por meio do acompanhamento à família, “concretizando a matricialidade sociofamiliar do SUAS no âmbito da proteção social básica, ampliando o atendimento as famílias e seus membros, compreendendo de forma mais abrangente as situações vivenciadas pelas famílias que as tornam vulneráveis” (BRASIL, p.7, 2016) e assim respondendo com maior efetividade a tais situações, seja por meio de ações especificas com a família, ou atividades de âmbito coletivo no CRAS ou em outros espaços de referência na comunidade. Todas essas ações articuladas garantem o sigilo da família e o encaminhamento a outros serviços da rede socioassistencial ou Intersetorial promovendo o atendimento integral ao usuário do serviço.

O segundo é o SCFV- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos complementar ao PAIF e tem como principal função dentro da proteção social básica prevenir situações de risco por meio do fortalecimento de vínculos sociais e comunitários, que por sua vez, fortalecem os vínculos e dinâmicas familiares.

As atividades desse serviço são ofertadas por meio de grupos de convivência que abrangem faixas etárias que vão da infância a terceira idade, promovendo nesses espaços de interação social a compreensão do espaço e tempo em que se vive e, as possíveis condições de lidar com as vulnerabilidades e riscos que se enfrenta socialmente. Estes grupos acontecem na sede do CRAS, alguns distritos e zonas rurais do município. Portanto, os serviços ofertados no CRAS à população pretende desenvolver nos usuários por meio de projetos, oficinas e atividades continuadas o conhecimento dos direitos e deveres e se antecipar aos principais problemas enfrentados pelas famílias na comunidade como: violência no ambiente familiar (física ou simbólica) contra as mulheres, crianças e idosos; uso de entorpecentes e bebidas alcoólicas; crianças fora da escola; idosos em situação de risco; pessoas com deficiência, privação de renda decorrente de desemprego, discriminação e outros. Desta forma, objetiva-se continuar desenvolvendo os serviços da Proteção Social Básica no CRAS, e qualificar ainda mais a oferta de atendimento psicossocial, atendimento para BPC, visitas domiciliares, prestação de Benefícios eventuais e grupos do SCFV com a melhor qualidade conforme preconizado nas normativas que regem a Política Nacional de Assistência Social.

**OBJETIVOS ESPECIFICOS**

- Aprimorar o atendimento as famílias usuárias dos serviços prestados pelo Centro de Referência da Assistência Social – CRAS;

-Qualificar o processo de acompanhamento às famílias do PAIF e SCFV promovendo atenção integral as famílias que estão inseridas nestes serviços fortalecendo os vínculos familiares e grupais;

- Priorizar ações com foco nas famílias que apresentem vínculos fragilizados devido às circunstâncias de vulnerabilidade e risco social, bem como aquelas que apresentam em seu bojo idosos e deficientes;

- Acompanhar por meio do PAIF, prioritariamente, as famílias inseridas no CadÚnico que são beneficiárias do Programa Bolsa Família; - Acompanhar por meio do PAIF e SCFV as famílias que estão inseridas no CadÚnico e são beneficiarias do PBF, que apresentem outras vulnerabilidades sociais para além da insuficiência de renda;

-Acompanhar por meio do PAIF as famílias com membros beneficiários do BPC, individual ou coletivamente, conforme as demandas apresentadas;

- Promover/afinar o diálogo entre os membros das equipes PAIF/SCFV e a coordenação do CRAS para melhor andamento da gestão territorial e desenvolvimento de ações do setor para a população;

-Fortalecer a articulação com a Rede Socioassistencial e com as demais Políticas Públicas com objetivo de garantir a oferta e acesso aos serviços essenciais;

- Ampliar o acesso aos Serviços Socioassistenciais para as famílias em localidades distantes que estejam dentro do território de abrangência do CRAS por meio de projetos, oficinas e outras atividades de caráter continuado ou pontuais;

- Fortalecer a execução de ações conjuntas entre os equipamentos da rede socioassistencial (CRA/PBF) que permitam ofertar um serviço integral aos usuários, atingindo os objetivos propostos para a PSB e PSE no município privilegiando maior articulação no trabalho;

- Estabelecer atividades coletivas de caráter continuado nas esferas sociais e culturais visando referenciar o CRAS como espaço comunitário de convivência;

- Garantir espaços de convivência adequados ao trabalho desenvolvido pelo SCFV conforme preconizado nas normativas visando o conforto e bem-estar do usuário;

-Garantir a participação do público prioritário no SCFV por meio de ações integradas na rede socioassistencial e demais Políticas Públicas;

- Priorizar ações de busca ativa, atendimento qualificado e acompanhamento aos usuários idosos e deficientes por meio da PSB em domicilio estimulando a inclusão e a participação social desses sujeitos nas atividades ofertadas por este equipamento.

**PAIF (SERVIÇO DE ATENÇÃO INTEGRAL A FAMILIA)**

O Programa de Atenção Integral a Família (PAIF) tem como objetivo ofertar ações socioassistenciais de prestação continuada, por meio de trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, pretendendo prevenir o agravo e o rompimento dos vínculos familiares e a violência no âmbito de suas relações, garantindo o direito a convivência familiar e comunitária pacifica.

O PAIF tem como princípio dois pilares do SUAS, que é a Matricialidade Familiar e a Territorialização, tendo, portanto, uma dimensão democrática que deve ser exercida em todos momentos de sua implementação, em especial no âmbito do território de abrangência do CRAS, a fim de não se tornar um serviço prescritivo, modelador e verticalizador, isto é, as ações do PAIF devem ser planejadas e implementadas com a participação e controle social dos seus usuários.

Em 2018 pretendese que as ações desse serviço cheguem até as comunidades por meio de ações pontuais em conjunto com outros serviços, além das atividades exercidas no âmbito do CRAS. Este serviço oferece além de acompanhamento familiar o atendimento para BPC, faz visitas domiciliares e desenvolve um trabalho psicossocial de apoio aos grupos de gestantes, idosos e pessoas com deficiência. Também promove encontros periódicos ofertados por meio de palestras, oficinas, espaço para o compartilhamento de experiências, dinâmicas de grupo, socialização das atividades, atividades comunitárias, e outros, a fim de construir processos de autonomia entre as famílias acompanhadas e atendidas no equipamento.

Desta forma, o CRAS através do acompanhamento PAIF por meio dos serviços ofertados nesta unidade,exerce uma ação preventiva, protetiva e proativa com as famílias de maneira a gerar o fortalecimento de potencialidades e autonomia, evitando o rompimento de vínculos fragilizados pelas questões sociais identificadas nesse território. Como parte da PSB no território, o PAIF visa também garantir as seguranças de acolhida, de convivência familiar e comunitária e de sobrevivência dando atenção especial aos usuários que se encontram em situação fragilizada socialmente provendo-lhe o apoio necessário como um direito adquirido.

**SCFV (SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS)**

O SCFV- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos pretende focar ainda mais seus projetos e atividades no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, bem como no protagonismo juvenil como forma de promover a autonomia das famílias acompanhadas por esse serviço. Desde o ano de 2013, após a aprovação do Reordenamento e Pactuação, o SCFV vem assegurando a oferta qualificada de seus serviços de forma ampliada, abrangendo tanto o público da Sede quanto das Localidades Rurais e Distritos, respeitando as especificidades de cada ciclo de vida e realidade local.

Vale lembrar, que o SCFV é um serviço complementar ao PAIF no acompanhamento das famílias para fortalecer e evitar o rompimento dos vínculos familiares e comunitários utilizando para isso a metodologia de trabalho em grupos, estimulando através de suas atividades sociais para cada faixa etária a cultura de paz nas comunidades atendidas. Sendo assim, entende-se que os encaminhamentos para o SCFV devem ser feitos pelo PAIF bem como a identificação do público prioritário pelos seus técnicos ou pelos técnicos do CREAS de acordo a situação que o usuário estiver exposto.

Posto isso, essa é uma mudança importante na compreensão da forma de funcionamento deste serviço no município, uma vez que, se encaminhava diretamente ao SCFV para depois diagnosticar ou afirmar que aquele era um público prioritário. Desta forma, o público prioritário não virá apenas por meio de busca ativa, mas já encaminhado com parecer técnico para esse serviço. Isso traz uma organização para o trabalho e uma garantia de que o público dito prioritário de fato é; garantindo um acompanhamento efetivo Assim, devido à importância desse serviço para os trabalhos desenvolvidos no CRAS, busca-se com isso a permanência e continuação de alguns projetos de intervenção que contribuíram positivamente no serviço, bem como implementação de novos projetos e ações, estratégias e medidas que estão organizadas neste documento, que possibilitarão novos resultados. Pois o foco das atividades permanece em oferecer o melhor serviço com qualidade tanto da equipe técnica de nível médio quanto da parte de espaços físicos e alimentação, haja vista a importância desses elementos para esse serviço. Juntos o SCFV e o PAIF são essenciais no acomanhamento das famílias que frequentam o CRAS.

**GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA**

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras.

Funcionando como porta de entrada para as famílias acessarem diversas políticas públicas, o cadastro único é o principal instrumento para a seleção e inclusão de famílias de baixa renda em programas federais como: Programa Bolsa Família, Tarifa Social de Energia Elétrica, Programa Minha Casa Minha Vida, Bolsa Verde, entre outros. Também pode ser utilizado para a seleção de beneficiários de programas ofertados pelos governos estaduais e municipais, como é o caso do município de Itapé-BA, que utilizou as informações do cadastro único para criação do programa Bolsa Família Municipal. Previsto na Lei Federal nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, O Programa Bolsa Família é um programa que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil.

Tem em suas condicionalidades o objetivo de garantir que as famílias beneficiárias tenham acesso a direitos básicos como: educação, saúde e à assistência social. A equipe da Gestão do Bolsa Família no ano de 2021 dobrará esforças para localizar e cadastrar no Cadúnico às famílias que possuem membros beneficiários de BPC, durante todo o ano a equipe fará a busca ativa dessas famílias fazendo visitas domiciliares, divulgação na sala de espera e em palestras nas escolas. Para que essas informações cheguem às comunidades mais distantes, estaremos divulgando e oferecendo esse serviço nos atendimentos itinerantes.

OBJETIVOS ESPECIFICOS

- Identificar famílias beneficiárias do Bolsa Família em descumprimentos de condicionalidade, no intuito de fazer o acompanhamento familiar evitando o cancelamento do benefício;

- Registrar recurso no SICON para famílias em fase de suspensão;

- Garantir o cadastramento de famílias com membros beneficiários do BPC no CADÚNICO;

- Realizar nas Escolas do município Ações Informativas referente ao descumprimento de condicionalidades do PBF;

- Atualizar os dados das famílias inseridas para acompanhamento no SICON, semestralmente;

- Acompanhar prioritariamente as famílias inseridas no Cadastro Único, e que são beneficiárias do Programa Bolsa Família;

- Atualizar os dados das famílias inseridas no Cadastro Único e desatualizado a mais de dois anos.

**PREVISÃO DE ATENDIMENTO FÍSICO**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| ***ITEM*** | ***SERVIÇO*** | ***PREVISÃO DE ATENDIMENTO ANUALMENTE*** | | |
| ***Unidade de referência*** | ***Referência de Pactuação*** | ***Quantidade Prevista*** |
| **1.** | **PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA** | Famílias | - | 400 |
| **2.** | **PAIF** | Famílias Referenciadas | 1.200 | 500 |
| **3.** | **SCFV** | Usuários nas faixas etárias de 0 a 17 anos, maiores de 60 anos e seus familiares | - | 1000 |
| Usuários nas faixas etárias de 0 a 17 anos e maiores de 60 anos, em situações prioritárias | - | 100 |

**GESTÃO DE BENEFICIOS SOCIOASSISTENCIAIS**

Em conformidade com os princípios norteadores da Política Nacional de Assistência Social e da Lei Orgânica de Assistência Social deve-se garantir o acesso digno do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade; atendimento equânime, sem discriminação de qualquer natureza, às populações urbanas e rurais; Acesso a informação dos critérios para a concessão dos benefícios, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público. Partindo ainda do pressuposto que é dever das políticas públicas garantir condições mínimas de enfrentamento às situações sociais e econômicas vividas por famílias e indivíduos do território, tendo como centralidade a família, as ações, serviços e benefícios da Proteção Social Básica deverão atender a essas necessidades e poderão ter caráter continuado ou eventual. Sabendo disso, está estruturado no município a Gestão de Benefício Socioassistencial através do equipamento da Proteção Social Básica, o CRAS. Ao longo do ano será garantido aos usuários o atendimento para agendamento do Benefício de Prestação Continuada para pessoas com deficiência e Idosos acima de 65 anos, conforme a demanda apresentada.

Em parceria com a Gestão do Programa Bolsa Família, estes usuários serão encaminhados para a inclusão no Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal, ou atualização no caso daqueles que já estão inseridos no sistema. Para os benefícios eventuais, conforme a necessidade apresentada, regulamentado pela Lei Municipal Nº º553/2017, são geridos pelo Órgão Gestor da SMAS e concedidos mediante avaliação social pelas equipes de referência do CRAS, o qual também deverá primar estas famílias para o acompanhamento pelo PAIF visando o enfrentamento das situações de vulnerabilidade identificadas pelas famílias. Segue abaixo a previsão de concessão para o ano e a fonte de recursos para estes benefícios.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **PREVISÃO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS NO ANO** | | | |
| **Tipo de Beneficio** | **Quantidade prevista** | **Fonte de Recursos** | |
| **Próprios** | **Estadual** |
| **Cesta Básica** | 4.800 | **X** |  |
| **Auxílio Enxoval** | Conforme a demanda apresentada | **X** |  |
| **Auxilio Funeral** | Conforme a demanda apresentada | **X** |  |
| **Auxílio Passagem** | Conforme a demanda apresentada | **X** |  |
| **Auxilio material de construção** | Conforme a demanda apresentada | **X** |  |
| **Auxilio cobertores e colchões** | Conforme a demanda apresentada | **X** |  |
|  |  |  |  |

**PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL**

Devido ao Porte do Município ser Pequeno Porte l, não foi contemplado com um CREAS. Seguindo orientações do MDS, e em atendimento a Resolução n° 18/2013 do CNAS(metas e prioridades do SUAS 2013/2014), há uma coordenação de Proteção Social Especial na Gestão do SUAS, sendo que o atendimento técnico de usuários vitimados é realizado pela equipe técnica da Proteção Social Especial - PSE e pelo Sistema de Garantia de Direitos (SGD)

**Proteção Social Especial de Media e Alta Complexidade.**

**Dados Relativos ao ano de 2024**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **SERVIÇO** | **EQUIPE ESPECÍFICA** | **EQUIPE COMPARTILHADA/ÚNICA[[1]](#footnote-1)[[2]](#endnote-1)** | **Nº DE ATENDIMENTOS** |
| Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos que tiveram seus direitos violados | **Não** | **Sim** | **96** |
| Serviço de Proteção Social a adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação à Comunidade | **Não** | **Sim** | **02** |
| Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosa e suas Famílias | **Não** | **Sim** | **08** |
| Serviço Especializado para Pessoas em situação de Rua | **Não** | **Sim** | **06** |
| Liberdade Cidadã | **Não** | **Sim** | **08** |
| PETI | **Não** | **Sim** | **0** |
| Acolhimento Familiar Para Crianças e Adolescentes | **Não** | **Sim** | **20** |
| Acolhimento Institucional Para Crianças e Adolescentes, idosos e Mulheres em situação de violência.[[3]](#footnote-2) | **Não** | **Sim** | **02** |
| Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas para Famílias e indivíduos | **Não** | **Sim** | **100** |
| Adolescente em conflito com a lei privado da liberdade | **Não** | **Sim** | **02** |

**FOMENTO AO CONTROLE SOCIAL**

O fomento a prática e exercício do Controle Social são de fundamental importância para a efetivação, com qualidade e transparência, de qualquer Política Pública.

Este é um dos eixos norteadores essenciais para a Política de Assistência Social. Buscar e garantir a participação popular, tendo a Sociedade Civil Organizada como parceira, de forma complementar na oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de Assistência Social tem sido um marco na história recente da Assistência Social em nosso município.

A construção de espaços de discussão como estimulo a formação de conselhos de usuários a fim de proporcionar a participação e representação deste segmento nos Conselhos será um grande avanço para a Política de Assistência em nosso município.

Para isso, é foco desta Gestão, como um dos objetivos específicos deste Plano ações que visam a participação dos nossos usuários para a efetivação da Política Municipal de Assistência Social, assim como garantir a realização de ações com vistas ao fortalecimento do Controle Social em nosso município.

|  |  |
| --- | --- |
| **Conselho de Direitos existentes** | **Atuação** |
| CMDCA | Atuantes |
| CMAS | Atuantes |
| CMDI | Atuantes |
| CMDM | Em fase de Fortalecimento |

**GESTÃO FINANCEIRA/ORÇAMENTO**

A Política Municipal de Assistência Social é financiada por meio de repasses fundo a fundo, conforme estabelece o Pacto Federativo pelos três entes federados: União, Estado e Município. O repasse de recursos referentes à execução da Política de Assistência Social ocorre por meio da transferência regular e automática na modalidade fundo a fundo, para Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

Um avanço na execução da Política de Assistência Social em Itapé, foi a designação do Gestor da pasta, como o também responsável por gerir o FMAS. Essa ação permite maior agilidade na implementação e execução dos serviços e melhor visualização e transparência no gerenciamento e uso dos recursos, facilitando assim o Controle Social. O financiamento da rede socioassistencial para ocorre basicamente para: serviços, programas e benefícios.

Os Serviços,de acordo com os níveis de Proteção: Básica, são atividades continuadas que visam à melhoria da vida da população. Em nosso município temos os serviços financiados pelo Estado e União, ofertados pelo CRAS: PAIF (Serviço de Atendimento Integral à Família) e SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos). Pelo Estado são financiados os benefícios eventuais. Pela União são repassados recursos para a Gestão dos Programas: Bolsa Família, Criança Feliz e BPC na Escola; CRAS e Gestão do SUAS. Em contrapartida aos repasses feitos pelo Estado e União o município repasse através do FMAS, Recursos Próprios para a execução das ações da Assistência Social. Para garantir a continuidade no recebimento de recursos pelo Fundos Estadual e Nacional de Assistência Social é obrigatório a existência do Conselho de Assistência Social, a elaboração do Plano de Assistência Social, o funcionamento do Fundo Municipal de Assistência Social, destinação dos recursos próprios no Fundo de Assistência Social. A previsão de orçamento para o financiamento das ações da Assistência Social no município pode ser visto no quadro abaixo.

**GESTÃO DO SUAS**

A Gestão Municipal do Sistema Único da Assistência Social em Itapé, Gestão do SUAS, terá como foco principal a implementação e qualificação das ações que abrangem todos os serviços da Política de Assistência Social no âmbito municipal. Através da observância das informações registradas e informadas pelas equipes socioassistenciais, a Vigilância Social, enquanto área vinculada a Gestão do SUAS buscará se dedicar a ações de apoio técnico para o planejamentos, supervisão e execução das atividades dos serviços socioassistenciais ao longo deste ano.

Buscando o aprimoramento, efetivação e implementação da Política de Assistência Social no município, a Gestão do SUAS tem como meta principal o apoio às equipes das áreas de Proteção Social Básica e Especial à elaboração de importantes instrumentos de registros para a alimentação dos sistemas de informação, avaliação, monitoramento e os sistemas que compõe a REDESUAS. A partir da apresentação e analise dos Diagnósticos Socioterritoriais produzidos pelas equipes de referência dos equipamentos socioassistenciais, assim como a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social 2018-2021 será possível estabelecer metas e adotar estratégias necessárias para a efetivação do SUAS no município, e desta forma propiciar ações de enfrentamento as situações de risco e vulnerabilidades sociais existentes no território, para além da renda e a seguridade dos direitos sociais Um importante aspecto para a boa execução das ações, serviços, programas e projetos está na condução da Gestão do Trabalho.

Para este fim, através do Plano Municipal de Educação Permanente, e entre outras ações, buscará a valorização do trabalhador do SUAS visando a qualificação e valorização profissional, para que este tenha condições de atender a necessidade do território e contribua para o alcance do objetivo desta política pública. Um dos grandes marcos na história da Assistência Social em Itapé, a Lei Municipal do SUAS possibilitará a realização dos objetivos e alcance de resultados esperados na consagração de direitos de cidadania e inclusão social., em resultado da estruturação da Secretaria de Assistência Social como Órgão Gestor da PMAS, e das áreas essenciais formais de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e a área de Gestão do SUAS com competência de Vigilância Socioassistencial. É importante destacar a busca pela realização de ações que objetivarão o fortalecimento do Controle Social, por meio da garantia de apoio técnico as Instâncias de Controle Social, como parte essencial para a participação destes colegiados na execução da Política de Assistência Social em nosso município.

OBJETIVOS ESPECIFICOS

1. Fortalecer a implementação das ações da Vigilância Socioassistencial, qualificando a operacionalização do SUAS e o processo de gestão da Proteção Social Básica
2. Promover através do Plano Municipal de Educação Permanente, e entre outras ações, a valorização do trabalhador do SUAS por meio da Gestão do Trabalho;
3. Fomentar ações para a consolidação dos espaços de participação dos usuários e de Controle Social, fundamental para a execução da PMAS, na perspectiva de garantia de direitos.

**VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL**

Visando dar continuidade as ações que vem sendo implantada no município, a vigilância socioassistencial para promover meios que nos permita conhecer a presença das formas de vulnerabilidade social da população e do território municipal. Esses meios se concretizam através da produção e atualização de instrumentos de registro para composição do Sistema de Informação Municipal com o fim de tornar visível e mensurar através de indicadores situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social, que incidem sobre famílias / pessoas, nos diferentes ciclos de vida (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos) presentes no território.

Para os Sistemas de informação da Rede Estadual e Federal é papel da Vigilância Socioassistencial contribuir para sua devida manutenção e desta assegurar o registro da informação, garantindo por sua vez, também o repasse dos recursos de acordo as ações executadas. Segue abaixo os principais instrumentos de registros que compõe o sistema de informação, avaliação e monitoramento do SUAS.

**SISTEMA DE INFORMAÇÃO, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO**

1. Mecanismos do Sistema Municipal: o Plano de Ação Plurianual; o Plano Municipal de Ação; o Planejamentos mensais; o Relatórios mensais; o Relatório semestral; o Relatório anual; o Visitas periódicas aos equipamentos socioasssistenciais; o Reuniões mensais de equipe; o Acompanhamento das metas físicas.
2. Mecanismos do Sistema Estadual o Plano de Ação (anual); o Acompanhamento Físico (trimestral);
3. o Demonstrativo Sintético físico e Financeiro (anual).
4. Mecanismos do Sistema Federal (sistema informatizado) o Plano de Ação (anual); o SISC (trimestral); o RMA – Registro Mensal de Atendimento; o Demonstrativo Sintético de Execução Físico e Financeiro (anual); o CENSO SUAS (anual)

## **Levantamento da Equipe Técnica Disponível**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **QUANTIDADE** | **FUNÇÃO/CARGO** | **CARGA HORÁRIA** | * **FORMA DE CONTRATAÇÃO** |
| 01 | **GESTOR DA POL. DE ASSISTÊNCIA:** O gestor de assistência social é responsável por gerir os recursos humanos, materiais e financeiros da área, além de coordenar e executar as ações socioassistenciais.  Responsabilidades do gestor de assistência social   * Garantir a infraestrutura necessária para o funcionamento dos CMAS * Organizar e qualificar a gestão do Fundo de Assistência Social * Planejar, organizar e controlar o uso dos recursos * Garantir direitos de grupos populacionais em situação de risco e de violação de direitos * Proteger as camadas mais vulneráveis da sociedade * Abordar questões relacionadas à saúde, moradia, educação e emprego | 40 horas | * Cargo em Comissão |
| 02 | **AUXILIAR ADMINISTRATIVO**: responsável pela função administrativa da Secretaria, Compras, Contratos etc.  Principais Funções:   * Organizar e planear as demandas diárias * Controlar estoques * Elaborar relatórios * Atualizar planilhas * Manter bancos de dados, sistemas de arquivamento eletrônico e registros * Agendar reuniões * Avaliar processos, fluxos de trabalho e resultados * Participar de reuniões de equipe para planear atividades * Participar de atividades de capacitação e formação | 40 horas | * Efetivo e Tercerizado |
| 01 | **Diretor de Departamento**: Principais funções   * Orientar, coordenar e supervisionar os planos setoriais de programas sociais * Promover a participação social nos processos de planejamento e avaliação de políticas públicas * Conduzir processos de planejamento estratégico setorial * Apoiar estratégias de mobilização social * Garantir direitos de grupos populacionais em situação de risco e de violação de direitos * Planejar, implementar e coordenar ações, projetos e programas voltados à inclusão social e econômica * Planejar, implementar e coordenar ações, projetos e programas voltados à segurança alimentar e nutricional | 40 horas | * Cargo em Comissão |
| 02 | **Chefes de Setor**: O chefe de setor é responsável por gerir e supervisionar as atividades de um setor, contribuindo para o sucesso da organização.  Funções do chefe de setor   * Supervisionar a equipe de funcionários * Coordenar os serviços * Organizar documentos e correspondências * Controlar a rotina financeira * Emitir e conferir notas fiscais * Prestar contas * Gerir a segurança no trabalho * Supervisionar processos de seleção de pessoal * Administrar materiais de consumo * Administrar bens patrimoniais | 40 horas | * Cargo em Comissão |
| 01 | **Assistente Social** : O assistente social no órgão gestor da assistência social atua na gestão, planejamento, avaliação e execução de programas e projetos sociais.  Atribuições   * Realizar atendimentos individuais, familiares e em grupo * Visitar domiciliares * Encaminhar usuários para a rede socioassistencial * Orientar socialmente e juridicamente * Alimentar sistemas de informação * Participar de reuniões de planejamento, monitoramento e avaliação * Participar de capacitações e formações continuadas * Organizar fluxos de informações e procedimentos * Elaborar relatórios e controles * Vigilância Socioassistencial * Mobilizar e articular a comunidade | 40 horas | * Efetivo |
| 01 | **Motorista:** As funções de um motorista da prefeitura incluem dirigir e conservar veículos, transportar pessoas e cargas, e realizar manutenções básicas.  Condução   * Dirigir veículos da prefeitura, como automóveis, ônibus, caminhões, entre outros * Transportar passageiros, cargas, bens e valores * Conduzir veículos em trajetos determinados, seguindo as normas de trânsito | 40 horas | * Efetivo |
| 01 | **Recepcionista** A recepcionista da assistência social pode receber, orientar e encaminhar o público, além de realizar outras tarefas administrativas.  Funções de recepção   * Receber, orientar e encaminhar o público * Controlar a entrada e saída de pessoas * Anotar recados * Registrar visitas e telefonemas recebidos * Prestar informações | 40 horas | * Terceirizada |
| 01 | **Zeladora:**   * Limpeza e conservação * Manutenção de infraestruturas * Combate a pragas e vetores * Gerenciamento de resíduos * Segurança e vigilância * Coleta de lixo * Varrição | 40 horas | * Terceirizado |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **QUANTIDADE** | **FUNÇÃO/CARGO** | **CARGA HORÁRIA** | **FORMA DE CONTRATAÇÃO** |
| 01 | AUXILIAR ADMINISTRATIVO: responsável pelo Cadastro Único, Bolsa Família e Programa Estadual Leite das Crianças.  Principal Função.  O Gestor Municipal é o profissional responsável direto pelo Bolsa Família e pelo Cadastro Único no município. É ele que faz a articulação entre as áreas de Assistência Social, Saúde, Educação e outras áreas, para viabilizar a gestão do Programa e do Cadastro Único, e é o principal interlocutor com o MDSA para o tema. Assim, o servidor indicado como Gestor Municipal do Bolsa Família e do Cadastro Único deve ter formação adequada, familiaridade com o tema e capacidade de gerência e de liderança. A mesma importância tem os responsáveis pelo Bolsa Família nas áreas de Saúde e de Educação. | 40 horas | Efetivo |
| 01 | **Diretor de Departamento**: Coordenador de Convivência e Fortalecimento de Vínculo com os Idosos  Principal Função:  Coordenar e integrar as políticas públicas locais, estabelecendo redes de articulação para promover e proteger os direitos da pessoa idosa. Isso implica em planejamento, organização, direcionamento, controle, monitoramento e avaliação dos compromissos firmados com a sociedade. | 40 horas | Cargo em Comissão |
| 01 | **Chefes de Setor**: O chefe de setor é responsável por gerir e supervisionar as atividades de um setor, contribuindo para o sucesso da organização.  Funções do chefe de setor   * Supervisionar a equipe de funcionários * Coordenar os serviços * Organizar documentos e correspondências * Controlar a rotina financeira * Emitir e conferir notas fiscais * Prestar contas * Gerir a segurança no trabalho * Supervisionar processos de seleção de pessoal * Administrar materiais de consumo * Administrar bens patrimoniais | 40 horas | Cargo em Comissão |
| 01 | **Assistente Social :**  **Principais atribuições**   * Realizar atendimentos e acompanhamento social * Identificar demandas e acompanhar famílias * Elaborar, executar e monitorar projetos e programas sociais * Intermediar entre os programas sociais * Incluir famílias no Cadastro Único * Orientar indivíduos, famílias, comunidade e instituições sobre direitos e deveres * Realizar atendimentos individuais, familiares e em grupo; | 30 horas | Efetivo |
| 05 | **Educador Social:** No Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o educador social atua na promoção de assistência social e educação de crianças, adolescentes, idosos, gestantes e familias. Suas funções incluem:   * Garantir direitos * Acolher socialmente * Promover o acesso à educação * Desenvolver ações de ressocialização * Realizar atividades culturais, esportivas, recreativas e educativas * Estimular a participação da comunidade * Contribuir para a formação de pessoas em situação de vulnerabilidade | 40 horas | Terceirizados |
| 01 | **Assistente Social; Coordenador do CRAS**  O coordenador do CRAS é o responsável por gerir as atividades desenvolvidas nesse equipamento de proteção social básica. Suas principais atribuições incluem:   1. **Planejamento e Execução de Ações:**    * Elaborar e implementar o plano de trabalho anual do CRAS.    * Garantir que as atividades e serviços estejam alinhados com as diretrizes do SUAS e as demandas da comunidade atendida. 2. [**Gestão**](https://ymera.com.br/como-e-a-gestao-do-suas/)**de Equipe:**    * Coordenar a equipe técnica e administrativa, promovendo capacitações e supervisões periódicas.    * Assegurar um ambiente de trabalho colaborativo e produtivo. 3. **Acompanhamento e Avaliação:**    * Monitorar os indicadores de desempenho do CRAS.    * Garantir que as famílias atendidas recebam os serviços necessários, como acompanhamento familiar e encaminhamentos para outras políticas públicas. 4. **Articulação Comunitária:**    * Promover a integração do CRAS com outras organizações e serviços da rede de assistência social.    * Estimular a participação da comunidade em atividades socioeducativas. | 40 horas | Efetivo |
| 01 | **Psicólogo:** O psicólogo no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) atua na prevenção e atenção a situações de risco, promovendo a qualidade de vida e os direitos dos usuários.   * Receber as famílias e orientá-las; * Promover a coesão famílias e comunitária; * Inserir as famílias nos seus direitos e valorizar as suas potencialidades; * Eliminar negligências, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão; * Orientar as famílias e indivíduos para a busca de ações sociais; * Desenvolver e Coordenar oficinas de diferentes temas; * Promover a saúde e qualidade de vida das pessoas;  |  |  | | --- | --- | |  |  | |  |  | | 40 horas | Efetivo |
| 01 | **Chefes de Setor:** O chefe de setor com formação em Pedagogia responsável pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo com Crianças e adolescentes.  O coordenador do SCFV deve:   * Estar presente no dia a dia da instituição * Buscar que o SCFV seja um divisor de águas nas vidas das famílias atendidas pelo programa * Fazer com que o que foi proposto aconteça realmente * Orientar os Educadores Sociais * Participar do Planejamento das Atividades * Estreitar laços com os pais e responsáveis * Realizar busca ativa | 40 horas | Comissionado |
| 01 | **Recepcionista**: A recepcionista da assistência social pode receber, orientar e encaminhar o público, além de realizar outras tarefas administrativas.  Funções de recepção   * Receber, orientar e encaminhar o público * Controlar a entrada e saída de pessoas * Anotar recados * Registrar visitas e telefonemas recebidos * Prestar informações | 40 horas | Terceirizada |
| 01 | **Zeladora:**   * Limpeza e conservação * Manutenção de infraestruturas * Combate a pragas e vetores * Gerenciamento de resíduos * Segurança e vigilância * Coleta de lixo * Varrição | 40 horas | Terceirizado |

**EQUIPE DE PROFISSIONAIS:**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **QUANTIDADE** | **FUNÇÃO/CARGO** | **CARGA HORÁRIA** | **FORMA DE CONTRATAÇÃO** |
| 01 | **Assistente Social**  A assistente social da Proteção Social Especial atende pessoas e famílias em situação de risco social, orientando-os sobre direitos e deveres, e encaminhando-os para serviços e recursos sociais.  Principais funções   * Identificar, acolher e acompanhar pessoas em situação de vulnerabilidade; * Garantir o acesso a serviços necessários; * Promover a reintegração social; * Orientar sobre direitos e deveres; * Esclarecer dúvidas sobre rotinas da instituição; * Assessorar na otimização do uso de recursos; * Orientar sobre acesso a direitos instituídos; * Orientar sobre serviços e recursos sociais; * Orientar sobre normas, códigos e legislação; * Orientar sobre processos, procedimentos e técnicas; * Acompanha as famílias e indivíduos em situação de risco * Monitora e avalia os resultados das intervenções realizadas * Prepara relatórios para órgãos competentes | 30 horas | Efetivo |
| 01 | **Psicólogo** atua acolhendo, orientando e acompanhando famílias e indivíduos em situação de risco ou violação de direitos. O objetivo é fortalecer vínculos familiares e comunitários, e promover a proteção das famílias.  Principais funções do psicólogo na PSE:   * Promover a proteção de famílias em situação de risco * Fortalecer vínculos familiares, comunitários e sociais * Acolher e ouvir indivíduos e famílias em situação de risco * Orientar indivíduos e famílias em situação de risco * Promover grupos de apoio * Interromper padrões de relacionamento familiares e comunitários que violem direitos * Potencializar recursos para superação de situações vivenciadas * Aceder a direitos socioassistenciais e à rede de proteção * Desenvolver ações em prol dos direitos humanos | 40 horas | Efetivo |
| 01 | Advogado   * Defesa de direitos * Identifica violações de direitos * Recebe e encaminha denúncias de violência * Atua em parceria com o Ministério Público e a Defensoria Pública * Propõe atos e normas para facilitar o acesso aos direitos sociais   Mediação de conflitos Auxilia na resolução de conflitos familiares ou comunitários, Promove soluções extrajudiciais.  Articulação com a rede de proteção   * Trabalha em conjunto com equipes multiprofissionais, como assistentes sociais e psicólogos * Acompanha usuários em Delegacias e Fóruns   Capacitação e sensibilização   * Realiza palestras e oficinas sobre temas legais   O advogado deve estar em constante formação e comprometido com um atendimento de qualidade. Deve também:   * Ser capaz de responder às demandas dos usuários * Encaminhar os usuários para outros órgãos competentes * Acompanhar/monitorar os procedimentos judiciais e extrajudiciais * Interlocução em demandas que envolvam órgãos pertencentes ao Sistema de Justiça | 20 horas | Efetivo |

**Objetivo geral do Plano Municipal de Assistência Social**

Planejar de forma estratégica a organização, regulação e execução da Política Municipal de Assistência Social no município de Itaipulândia , conforme preconiza Sistema Único de Assistência Social

**Objetivos específicos do Plano Municipal de Assistência**

I. Formalizar, implementar e executar as áreas essenciais da Secretaria Municipal de Assistência Social, garantindo a capacidade técnica, administrativa e operacional, conforme preconiza a NOB/SUAS 2012 e Lei Municipal Nº 1.112/2010.

II. Manter o cofinanciamento já pactuado e realizar novas adesões conforme disponibilidade de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social para Fundo Municipal de Assistência Social, visando o aprimoramento dos Serviços Socioassistenciais.

III. Manter e ampliar o cofinanciamento de recursos oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social, bem como destinar recursos livres no Fundo Municipal deAssistência Social para execução de serviços, programas e benefícios socioassistenciais.

IV. Implementar a Gestão do Trabalho no SUAS, visando o planejamento, a organização e a execução das ações relativas à valorização do trabalhador eàestruturação do processo de trabalho institucional em âmbito da Política Municipal de Assistência Social.

V. Executar as ações da Vigilância Socioassistencial, objetivando a produção, sistematização, análise e disseminação de informações territorializadas.

VI. Reestruturar a rede de serviços socioassistenciais, viabilizando manutenção, pequenas reformas e aquisição de equipamentos para melhor qualificar a ofertade serviços, programas, projetos e benefícios.

VII. Reestruturar a rede de serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica, viabilizando obras, reformas, ampliações e aquisição de equipamentos para melhor qualificar a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios.

VIII. Reestruturar a rede de serviços socioassistenciais da Proteção Social Especial, viabilizando obras, reformas, ampliações e aquisição de equipamentos para melhor qualificar a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios.

IX. Executar os serviços de proteção social básica, visando prevenir a ocorrência desituações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania.

X. Desenvolver os serviços de proteção social especial de média complexidade, visando contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, o fortalecimento de potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de risco pessoal e social, por violação de direitos.

XI. Executar os serviços de acolhimento institucional e familiar, em diferentes modalidades e equipamentos, com vistas a afiançar a segurança de acolhida a indivíduos e/ou famílias com vínculos familiares fragilizados ou rompidos.

XII. Executar e aprimorar a gestão integrada dos benefícios e serviços socioassistenciais e transferências de renda para o atendimento de indivíduos e de famílias em situação de vulnerabilidade social.

XIII. Desenvolver programas de promoção da integração ao mundo do trabalho de modo a complementar os benefícios e serviços assistenciais.

XIV. Desenvolver e Aprimorar as ações de Assessoramento e Defesa e Garantia de Direitos por meio de Entidades inscritas no CMAS.

XV. Elaborar planos de atendimento e instituir o funcionamento de comitês específicos de assuntos que se articulam com a política de assistência social.

XVI. Garantir apoio técnico e financeiro as instâncias de Controle Social do SUAS

**Diretrizes e prioridades deliberadas;**

Prioridades definidas pela CIT comissão Inter gestores Tripartite na sua 124ª reunião ordinária as prioridades e metas para gestão municipal, no âmbito do pacto de aprimoramento do SUAS, previsto na NOB SUAS/2012. Deliberação nº002/2014.

**Metas estabelecidas:**

As metas do município de um modo geral é a de atingir todas as diretrizes propostas neste Plano conforme orientações estabelecidas pela CIT no quadriênio 2026-2029 de acordo com cada nível de Proteção atendendo as particularidades dos usuários de acordo com a realidade do município.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL** | | | | | | | |
| **OBJETIVO** | **AÇÃO ESTRATEGICA/META** | **TEMPO DE EXECUÇÃO** | | | | **PRAZO** | **FONTE DE RECURSO** |
| Estruturar, aprimorar e consolidar a gestão municipal do SUAS no município de Jardim Olinda. | * Criar novo organograma do D.M.A.S, com formalização de áreas essenciais, estabelecendo gerencias, coordenação  e referencias técnicas. | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | ANOS |  |
| X |  |  |  | 1 | Livre |
| * Adequação da legislação municipal a legislação do SUAS | X | X |  |  | 2 | Livre |
| * Elaboração e Implantação do plano de capacitação permanente aos trabalhadores do SUAS e conselheiros  municipais (educação permanente) | X | X | X |  | 3 | Livre |
| * Elaboração e Implantação do Plano de Cargos, Carreiras e salários dos trabalhadores do SUAS, com base nas  diretrizes da NOB-RH/SUAS. | X | X | X |  | 3 | Livre |
| * Estabelecer e Assegurar em Lei o percentual mínimo de 10% do orçamento geral do município para a  Política Municipal de Assistência Social | X | X |  |  | 2 | Livre |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | * Ampliação do quadro de profissionais tecnicos da area social, através de concurso publico, com base nas  diretrizes da NOB-RH/SUAS. | X |  |  |  | 1 | Livre |
| * Aquisição de um veículo exclusivo para  o órgão gestor da assistencia social. | X | X |  |  | 2 | Livre e Vinculados |
| * Garantir em Lei a implantação de insalubridade para os trabalhadores do SUAS e Criar legislação especifica para atender situações de epidemia e pandemia. | X | X |  |  | 2 | Livre |
|  | * Desvinculação do trabalho do órgão  gestor, cras com o Ministério Publico | X | X |  |  | 2 | Livre |
| * Atingir percentual mínimo 60% de trabalhadores do SUAS de nível superior e médio com vínculo de servidor estatutário ou empregado público. | X | X |  |  | 2 | Livre |
| * Contratação de assessoria técnica | X | X |  |  | 2 | Livre e Vinculados |
| * Manutenção das estruturas físicas e dos equipamentos do Dep. Municipal de  Assistência Social | X | X | X | X | 4 | Livres e vinculados |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PROTEÇÃO SOCIAL BASICA** | | | | | | | |
| **OBJETIVO** | **AÇÃO ESTRATEGICA/ META** | **TEMPO DE EXECUÇÃO** | | | | **PRAZO** | **FONTE DE RECURSO** |
| Aprimorar as ações e serviços relativos a proteção social básica no município de Jardim Olinda, tendo como base a tipificação nacional de serviços socioassistenciais do SUAS. | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | ANOS |  |
| * Atender 100% das famílias beneficiarias do programa bolsa família/auxilio brasil e do BPC que buscam atendimento no  CRAS | X | X | X | X | 4 | Livres e vinculados |
| * Realizar diagnostico socioassistencial e territorial | X | X | X |  | 3 | Livres e vinculados |
| * Atingir taxa de acompanhamento do  PAIF das famílias cadastradas no Cad Único de15 % | X | X |  |  | 2 | Livres e vinculados |
| * Atingir taxa de acompanhamento do PAIF das famílias com membros  * beneficiários do BPC: 25 % | X | X |  |  | 2 | Livres e vinculados |
| * Recomposição do quadro de funcionários de acordo com a Nob Suas RH. | X |  |  |  | 1 | Livres e vinculados |
| * Acompanhar as famílias beneficiarias do programa bolsa família /auxilio brasil | X | X |  |  | 2 | Livres e vinculados |
| * Fortalecer a utilização do Plano de Acompanhamento familiar (PAF) | X | X |  |  | 2 | Livres e vinculados |
| Manter e aprimorar a oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos | * Atender 100% da meta estabelecida pelo SISC de usuários e prioritários (cofinanciados) vinculados ao SCFV | X | X |  |  | 2 | Livres e vinculados |
|  | * Construção do Centro de convivência do Idoso | X | X | X | X | 4 | Livres e vinculados |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL** | | | | | | | |
| **OBJETIVO** | **AÇÃO ESTRATEGICA/ META** | **TEMPO DE EXECUÇÃO** | | | | **PRAZO** | **FONTE DE RECURSO** |
| 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | ANOS |  |
| Aprimorar as ações e serviços relativos a proteção social especial de alta complexidade no município de Jardim Olinda, tendo como base a tipificação nacional de serviços socioassistenciais do SUAS | * Implantar CREAS a nível de consorcio | X | X | X | X | 4 | Livres e vinculados |
| * Reduzir as violações de direitos | X | X | X | X | 4 | Livres e vinculados |
| Fortalecer o Serviço de atendimento a criança e ao adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas em meio  aberto (PSC/LA) | * Ampliação da equipe técnica no órgão gestor- contratação de 1 psicóloga | X | X | X |  | 3 | Livres e vinculados |
| Manter e Aprimorar o serviço de acolhimento institucional (Casa Lar) por meio do consorcio  intermunicipal | * Fortalecer a relação de trabalho com sistema de garantia de direitos | X | X |  |  | 2 | Livres e vinculados |
| * Manter o cofinanciamento | X | X | X | X | 4 | Livres e vinculados |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **CONTROLE SOCIAL** | | | | | | | |
| **OBJETIVO** | **AÇÃO ESTRATEGICA/ META** | **TEMPO DE EXECUÇÃO** | | | | **PRAZO** | **FONTE DE RECURSO** |
| 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | ANOS |  |
|  | * Promover espaços de dialogos | X | X | X | X | 4 | Livres e vinculados |
|  | intersetoriais para garantir a |  |  |  |  |  |  |
|  | articulação dos serviços |  |  |  |  |  |  |
| Garantia de participação e emponderamento no exercício da participação e controle social. | socioassistenciais e das demais politicas publicas, possibilitando a participação dos usuarios, assim como manter o conselho municipal e  Assistencia social regularmente e em |  |  |  |  |  |  |
|  | funcionamento. |  |  |  |  |  |  |
|  | * Promover a participação dos usuarios | X | X | X | X | 4 | Livres e vinculados |
|  | do SCFV (crianças e adolescentes) a |  |  |  |  |  |  |
|  | conhecerem e fiscalizarem os |  |  |  |  |  |  |
|  | serviços publicos existentes no |  |  |  |  |  |  |
|  | municipio, através da participação em |  |  |  |  |  |  |
|  | reuniões no legislativo, executivo, e |  |  |  |  |  |  |
|  | visitas nas repartições publicas, entre |  |  |  |  |  |  |
|  | outros. E também garantir o acesso |  |  |  |  |  |  |
|  | com adaptações de acessibilidade a |  |  |  |  |  |  |
|  | população idosa e com deficiencia |  |  |  |  |  |  |
|  | nos serviços socioassistenciais e |  |  |  |  |  |  |
|  | repartições publicas |  |  |  |  |  |  |
| Capacitação Permanente | * Capacitação dos conselheiros  Municipais da Assistência Social, tutelares e toda rede | X | X | X | X | 4 | Livres e vinculados |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **BENEFICIOS EVENTUAIS** | | | | | | | |
| **OBJETIVO** | **AÇÃO ESTRATEGICA/ META** | **TEMPO DE EXECUÇÃO** | | | | **PRAZO** | **FONTE DE RECURSO** |
| 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | ANOS |  |
| Manter e Aprimorar a Gestão dos Benefícios Eventuais | * Manter a oferta de benefícios eventuais por situações de nascimento, morte, de emergência e calamidade pública e por vulnerabilidade temporária | X | X | X | X | 4 | Livres e vinculados |
| * Registrar a concessão de benefícios eventuais no RMA | X | X | X | X | 4 | \*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\* |
| * Adequar a Legislação a legislação do  SUAS e Cumprir o que regulamenta a  concessão de benefícios eventuais | X | X | X | X | 4 | Livres e vinculados |
| * Formalizar protocolo de atendimento | X |  |  |  | 1 | Livres e vinculados |
| * Aprimorar a concessão dos benefícios  eventuais | X | X |  |  | 2 | Livres e vinculados |

**PROGRAMA ITAIPULÂNDIA VIVENDO MELHOR**

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PROJETO/ATIVIDADE** | **PRIORIDADES** | **METAS** | **AÇÃO/PROGRAMA/PROJETOS/BENEFÍCIOS** | **PRAZOS** | | | |
| 2026 | 2027 | 2028 | 2029 |
| Lei Municipal nº 2.080, de 21 de novembro de 2023 | Manter e ampliar o programa | Realizar um estudo de viabilidade financeira para ampliação do programa. | Estudo de viabilidade econômica afim de viabilizar para todos os idosos, gestantes e pessoas com deficiência possa ser atendido pelo programa. | x | x | x | x |

**GESTÃO DOS FUNDOS MUNICIPAIS**

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PROJETO/ATIVIDADE** | **PRIORIDADES** | **METAS** | **AÇÃO/PROGRAMA/PROJETOS/BENEFÍCIOS** | **PRAZOS** | | | |
| 2026 | 2027 | 2028 | 2029 |
| FUNDOS MUNICIPAIS | Efetiva os CNPJ de todos os Fundos Municipais conforme respectivos Conselhos municipais. Além de buscar recursos Estaduais e Federais para Financiamento do Serviços. | Criar o Fundo Municipal do Idoso.  Buscar recurso junto aos Fundos Estaduais para aquisição do ônibus da terceira idade e para construção do centro esportivo da terceira idade. | Pactuar junto ao estado recursos para efetivação das políticas municipais da Terceira Idade, da Mulher e da criança e do adolescente. | x | x | x | x |

**GESTÃO FINANCEIRA.**

Segundo a LOAS, a Assistência Social é subsidiada financeiramente pela União, Estados e Municípios, sendo, portanto, corresponsabilidade dos três níveis de governo.A evolução do SUAS, os problemas socioeconômicos, a amplitude e complexidade das situações vivenciadas pelos usuários da Assistência Social e o caráter continuado dos serviços apontam a necessidade de contemplar um maior investimento na Assistência Social com a ampliação das fontes de recursos financeiros.As transferências dos recursos da União são operacionalizadas por incentivos e pisos de proteção social, organizados por blocos, relacionados à gestão e a execução dos serviços de proteção social básica e especial, assim definidos (conforme os serviços ofertados no município):

## Bloco da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único:

IGD/PBF: financia a gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único. **Bloco da Gestão do SUAS**

IGDSUAS: financia a gestão do Sistema Único de Assistência Social. **Bloco da Proteção Social Básica**

Piso Básico Fixo: financia o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família- PAIF desenvolvido nos CRAS;

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: financia o Serviço de Convivência e

Fortalecimento de Vínculos.

Com referência, ao **cofinanciamento do Estado** este é dispensado anualmente via Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS

**Piso Paranaense da Assistência Social- PPAS1-** cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica e Especial – Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Benefícios Eventuais e Gestão do SUAS. Deliberações nº 013/2013 e 065/2013-CEAS

**Recurso de Fundo Livre Municipal**- **fundos municipais** são **fundos** especiais, previstos no art. 71 da Lei

Federal nº 4.320/64, criados para receber e distribuir recursos financeiros para a realização de atividades ou projetos **municipais** específicos.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** |  | **2026** | **2027** | **2028** | **2029** |
| **Gabinete do Secretário Assist.Social** |  | 281.350,00 | 295.417,00 | 309.200,00 | 336.440,00 |
| Assistência Social |  |  |  |  |  |
| Administração Geral |  |  |  |  |  |
| Apoio Administrativo |  |  |  |  |  |
| Manutenção do Gabinete Secret.Assist.Social |  |  |  |  |  |
| VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | 00000 | 189.000,00 | 198.450,00 | 208.000,00 | 218.000,00 |
| CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS | 00000 | 43.000,00 | 45.150,00 | 47.000,00 | 49.000,00 |
| DIÁRIAS - CIVIL | 00505 | 10.500,00 | 11.025,00 | 11.500,00 | 12.000,00 |
| MATERIAL DE CONSUMO | 00505 | 8.400,00 | 8.820,00 | 9.200,00 | 9.600,00 |
| PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO | 00505 | 8.400,00 | 8.820,00 | 9.200,00 | 9.600,00 |
| INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS | 00000 | 11.550,00 |  |  |  |
| OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 00505 | 10.500,00 | 11.025,00 | 11.500,00 | 12.000,00 |
| INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES | 00505 | 11.155,00 | 12.127,00 | 12.800,00 | 26.240,00 |
| **Gestão em Assistência Social, Direito e Cidadania** |  |  |  |  |  |
| Manutenção do Bloco de Gestão Desentralizada do SUAS |  |  |  |  |  |
| VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | 00000 | 945.000,00 | 992.250,00 | 1.041.000,00 | 1.094.000,00 |
| CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS | 00000 | 212.100,00 | 222.350,00 | 233.840,00 | 245.500,00 |
| DIÁRIAS - CIVIL | 00505 | 23.000,00 | 24.000,00 | 25.500,00 | 26.800,00 |
| MATERIAL DE CONSUMO | 933 | 33.600,00 | 35.280,00 | 37.000,00 | 38.900,00 |
| PREM.CULT. ART. CIENT. DESPOR.E OUTRAS | 00505 | 20.000,00 | 21.000,00 | 22.000,00 | 23.000,00 |
| MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA | 00505 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 |
| PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO | 00505 | 12.000,00 | 12.000,00 | 12.000,00 | 12.000,00 |
| OUTRAS DESP. PESS.DECORR.CONT.DE TERCEIRIZAÇÃO | 00505 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 |
| OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA | 00505 | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA | 00505 | 600.000,00 | 700.000,00 | 800.000,00 | 900.000,00 |
| OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 00505 | 20.000,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 20.000,00 |
| INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS | 00000 |  |  |  |  |
| OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS | 00505 | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES | 00505 | 24.000,00 | 24.000,00 | 24.000,00 | 24.000,00 |
| Móveis e Equipam. |  |  |  |  |  |
| EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | 00505 | 10.000,00 | 12.000,00 | 14.000,00 | 16.000,00 |
| **Programa Itaipulândia Vivendo Melhor** |  |  |  |  |  |
| OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS | 505 | 2.000.000,00 | 2.200.000,00 | 2.400.000,00 | 2.600.000,00 |
| **Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar** |  |  |  |  |  |
| VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | 00000 | 400.000,00 | 419.000,00 | 440.000,00 | 462.000,00 |
| CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS | 00000 | 89.000,00 | 93.000,00 | 98.000,00 | 103.000,00 |
| DIÁRIAS - CIVIL | 00505 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 | 25.000,00 |
| MATERIAL DE CONSUMO | 00505 | 17.000,00 | 17.000,00 | 17.000,00 | 17.000,00 |
| PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO | 00505 | 20.000,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 20.000,00 |
| OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA | 00505 | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 00505 | 20.000,00 | 22.000,00 | 24.000,00 | 26.000,00 |
| INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS | 00000 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 |
| INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES | 00505 | 12.000,00 | 12.000,00 | 12.000,00 | 12.000,00 |
| EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | 00505 | 20.000,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 20.000,00 |
| Aquis. de Móveris e Equipamentos |  |  |  |  |  |
| EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | 00505 | 40.000,00 | 40.000,00 | 40.000,00 | 40.000,00 |
| Bloco de Gestão Descentr. Do Prog. Bolsa Família e Cadastro Ùnico |  |  |  |  |  |
| MATERIAL DE CONSUMO | 940 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 |
| MATERIAL DE CONSUMO | 1016 | 55.000,00 | 55.000,00 | 55.000,00 | 55.000,00 |
| OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍCA | 940 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 |
| EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | 940 | 20.000,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 20.000,00 |
| EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | 1016 | 20.000,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 20.000,00 |
| **Manut. Bloco Proteção Social Básica** |  |  |  |  |  |
| CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO | 00000 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 |
| VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | 00000 | 132.000,00 | 138.000,00 | 145.000,00 | 152.000,00 |
| CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS | 00000 | 35.000,00 | 39.000,00 | 43.000,00 | 47.000,00 |
| DIÁRIAS - CIVIL | 00505 | 10.000,00 | 15.000,00 | 20.000,00 | 25.000,00 |
| MATERIAL DE CONSUMO | 00505 | 300.000,00 | 320.000,00 | 340.000,00 | 360.000,00 |
| PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO | 00505 | 12.000,00 | 12.000,00 | 12.000,00 | 12.000,00 |
| OUTRAS DESP.PESS.DECORR.CONTR.TERCEIRIZAÇÃO | 00505 | 422.000,00 | 430.000,00 | 440.000,00 | 450.000,00 |
| OUTRAS DESP.PESS.DECORR.CONTR.TERCEIRIZAÇÃO | 934 | 54.000,00 | 55.000,00 | 56.000,00 | 57.000,00 |
| OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA | 00505 | 30.000,00 | 30.000,00 | 30.000,00 | 30.000,00 |
| OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 1011 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 |
| OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 00505 | 30.000,00 | 30.000,00 | 30.000,00 | 30.000,00 |
| OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 505 | 10.000,00 | 10.000,00 | 10000,00 | 10000,00 |
| OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS | 00505 |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
| INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES | 00505 | 17.000,00 | 17.000,00 | 17.000,00 | 17.000,00 |
| **Gestão de Benefícios Eventuais** |  |  |  |  |  |
| MATERIAL DE CONSUMO | 00505 | 50.000,00 | 50.000,00 | 50000,00 | 50000,00 |
| MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA | 00505 | 2.500.000,00 | 2.700.000,00 | 2900000,00 | 3100000,00 |
| PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO | 00505 | 110.000,00 | 110.000,00 | 110000,00 | 110000,00 |
| OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA | 00505 | 10.000,00 | 10.000,00 | 10000,00 | 10000,00 |
| OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 00505 | 500.000,00 | 550.000,00 | 600000,00 | 650000,00 |
| OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS | 00505 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1000,00 | 1000,00 |
| **Bloco da Proteção Social especial de Média e Alta Complexidade** |  |  |  |  |  |
| Programa de Acolhimento Familiar |  |  |  |  |  |
| SUBVENÇÕES SOCIAIS | 00505 | 300.000,00 | 330.000,00 | 360.000,00 | 390.000,00 |
| MATERIAL DE CONSUMO | 938 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 |
| OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 00505 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 |
| OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS | 00505 | 280.000,00 | 290.000,00 | 300.000,00 | 310.000,00 |
| Acolhimento Institucional para Idosos | 505 |  |  |  |  |
| SUBVENÇÕES SOCIAIS | 505 | 300.000,00 | 350.000,00 | 400.000,00 | 450.000,00 |
| MATERIAL DE CONSUMO | 505 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 |
| OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA | 505 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 |
| Ampliação, Reforma e Melhorias da Casa Reviver |  |  |  |  |  |
| OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 00505 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 |
| OBRAS E INSTALAÇÕES | 00505 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 |
| Assistência aos Povos Indígenas |  |  |  |  |  |
| **Gestão em Assistência Social, Direito e Cidadania** |  |  |  |  |  |
| Atenção a Comunidade Indigena |  |  |  |  |  |
| MATERIAL DE CONSUMO | 00505 | 6.000,00 | 6.000,00 | 6.000,00 | 6.000,00 |
| MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA | 00505 | 50.000,00 | 50.000,00 | 50.000,00 | 50.000,00 |
| OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 00505 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 |
| OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS | 00505 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 |
| Aquisição de Ônibus para Assistência Social |  |  |  |  |  |
| EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | 00505 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5000,00 | 5000,00 |
| Gestão Administrativa do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente |  |  |  |  |  |
| DIÁRIAS - CIVIL | 00505 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 |
| MATERIAL DE CONSUMO | 00505 | 20.000,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 20.000,00 |
| MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA | 00505 | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO | 00505 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 |
| OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA | 00505 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1000,00 | 1000,00 |
| OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 00505 | 5.000,00 | 25.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 |
| OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS | 00505 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 |
| INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES | 00505 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 |
| Aquis. de Móveis e Equipam.FMCA |  |  |  |  |  |
| EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | 00505 | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| **Infância e Adolescencia no SUAS** |  |  |  |  |  |
| MATERIAL DE CONSUMO | 00505 | 7.000,00 | 7.000,00 | 7.000,00 | 7.000,00 |
| MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA | 00505 | 250.000,00 | 250.000,00 | 250.000,00 | 250.000,00 |
| PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO | 00505 | 7.000,00 | 7.000,00 | 7.000,00 | 7.000,00 |
| OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 00505 | 7.000,00 | 7.000,00 | 7.000,00 | 7.000,00 |
| OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS | 00505 | 7.000,00 | 7.000,00 | 7.000,00 | 7.000,00 |
| INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES | 00505 | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| **Gestão Administrativa do Fundo do Idoso** |  |  |  |  |  |
| MATERIAL DE CONSUMO | 00505 | 300.000,00 | 330.000,00 | 360.000,00 | 390.000,00 |
| PREM. CULT. ART. CIENT. DESPOR.E OUTRAS | 00505 | 20.000,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 20.000,00 |
| MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA | 00505 | 300.000,00 | 300.000,00 | 300.000,00 | 300.000,00 |
| OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 00505 | 60.000,00 | 60.000,00 | 60.000,00 | 60.000,00 |
| OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS | 00505 | 8.000,00 | 8.000,00 | 8.000,00 | 8.000,00 |
| EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | 00505 | 120.000,00 | 120.000,00 | 120.000,00 | 120.000,00 |
| **Gestão Administrativa do Fundo de Assistencia Social** |  |  |  |  |  |
| DIÁRIAS - CIVIL | 00505 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 | 15.000,00 |
| DIÁRIAS - CIVIL | 505' | 1.000,00 | 1.000,00 | 1000,00 | 1000,00 |
| MATERIAL DE CONSUMO | 00505 | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 00505 | 20.000,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 20.000,00 |
| OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS | 00505 | 6.000,00 | 6.000,00 | 6.000,00 | 6.000,00 |
| EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | 00505 | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| **Fortalecimento do Controle Social Por Meio do Cons. De Ass. social** |  |  |  |  |  |
| MATERIAL DE CONSUMO | 940 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 |
| OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 00505 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 |
| EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | 940 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 |
| **Gestão Administrativa do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher** |  |  |  |  |  |
| DIÁRIAS - CIVIL | 00505 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 |
| MATERIAL DE CONSUMO | 00505 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 |
| MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA | 00505 | 20.000,00 | 20.000,00 | 20.000,00 | 20.000,00 |
| OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 00505 | 30.000,00 | 30.000,00 | 30.000,00 | 30.000,00 |
| INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES | 00505 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.000,00 |
| EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | 00505 | 30.000,00 | 30.000,00 | 30.000,00 | 30.000,00 |
| Rateio Pela Participação em Consórcio Público | 00505 |  |  |  |  |
| Rateio Pela Participação em Consórcio Público | 00505 |  |  |  |  |
| Rateio Pela Participação em Consórcio Público | 00505 |  |  |  |  |
| Implantação, Inst., Manut. e Infraest.- Inidade Assist.Social CIASOP |  |  |  |  |  |
| Rateio Pela Participação em Consórcio Público | 00505 |  |  |  |  |
| Rateio Pela Participação em Consórcio Público | 00505 |  |  |  |  |
| Rateio Pela Participação em Consórcio Público | 00505 |  |  |  |  |
| Execução de Emendas Parlamentares |  | ??? |  |  |  |

**Resultados e impactos esperados:**

A Política municipal de assistência Social objetiva a implantação do SUAS desenvolvida de forma progressiva e gradual como resultado final deste plano buscamos garantir o atendimento de forma com que os usuários tem o acesso necessário para seu desenvolvimento e protagonismo social.

**- Resultados e impactos esperados**

## Eixo: Gestão do Sistema Único de Assistência Social.

* Alcance do comando único do SUAS em nível municipal;
* Qualificação, organização da gestão municipal e regulação da Política de Assistência

Social;

* Efetivação do trabalho intersetorial com as políticas públicas e a articulação com Sistema

de Garantia de Direitos;

* Acesso aos direitos sociais básicos e ampliação de oportunidades às famílias em

vulnerabilidade e risco social;

* Profissionalização da Política de Assistência Social;
* Trabalhadores, gestores e conselheiros aptos, munidos de competências e técnicas necessárias para o enfrentamento das situações de risco e vulnerabilidade social;
* Qualificação das ofertas prestadas e maior acesso aos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais
* Maior participação e envolvimento dos trabalhadores, prestadores e usuários nos processos de diagnóstico, monitoramento e avaliação da Política Municipal de Assistência Social (PMAS);
* Ampliação do acesso à informação sobre os serviços, programas, projetos e benefícios;
* Consolidação do direito à participação social;
* Fortalecimento do CMAS e ampliação de espaços coletivos de debate sobre o SUAS e a

PMAS.

* Ampliação do acesso aos direitos socioassistenciais;
* Prevenção das situações de riscos sociais, seu agravamento ou reincidência nos territórios de abrangência dos CRAS;
* Redução da ocorrência das situações de vulnerabilidade social;
* Melhoria da qualidade de vida das famílias residentes no município;
* Aumento da participação dos usuários na vida familiar e comunitária;
* Redução e prevenção das situações de isolamento social;
* Identificação das situações de violação de direitos;
* Redução das situações de violação dos direitos socioassistenciais;
* Proteção social às famílias e indivíduos voltados ao desenvolvimento de autonomias;
* Vínculos familiares e comunitários fortalecidos;
* edução das situações de acolhimento institucional;
* Redução dos agravos decorrentes de situações violadoras de direitos;
* Rompimento do ciclo de violência doméstica e familiar;
* Desinstitucionalização de crianças e adolescentes;
* Fortalecimento e aprimoramento da rede socioassitencial
* Reduzir junto as outras políticas públicas índices de: violência entre os jovens;

uso/abuso de drogas; doenças sexualmente transmissíveis e gravidez precoce.

* Pessoas com deficiência e pessoas idosas inseridas em serviços e oportunidades;

**Recursos Materiais:**

Todos os recursos necessários para o desenvolvimento das atividades com os grupos do SCFV, e demais atividades desenvolvidos nessa política tais como materiais de expediente em geral (Papel A4, canetas, cartolinas, EVA, Cola, envelopes, fita adesiva, pastas L, pilhas, tonners para impressora, tesouras grandes e pequenas, tinta guache, tecido dentre outros. Materiais Permanentes como Veículos para uso do CRAS, Conselho Tutelar, Benefícios Eventuais e SCFV, computadores, projetores, telefones, impressoras, televisores, som e móveis de escritório em geral a serem adquiridos de acordo com a solicitação e necessidade dos técnicos responsáveis.

**Recursos Financeiros**

Os Recursos Financeiros são oriundos do cofinanciamento Federal e recursos municipais destinados a manutenção dos serviços, programas e benefícios e estão alocados no Fundo Municipal de Assistência Social e geridos pelo Gestor da Política de Assistência Social.

**Coberturas de Rede prestadora de serviços;**

Itaipulândia é um Município de Pequeno porte I vem atendendo a todos os usuários com uma cobertura de 100% da demanda e conta com algumas entidades para o desenvolvimento das ações tais como: PROVOPAR, Clubes de Mães, Igrejas entre outras.

**Indicadores de Monitoramento de avaliação**:

A política de assistência social tem como indicadores planejar ações, o Cadastro Único com prioridade às famílias beneficiárias do programa Bolsa Família, pessoas em situação de vulnerabilidade. No monitoramento serão realizadas reuniões com a Rede de Atendimento e com os órgãos de Controle Social e demais políticas além, de Audiências Públicas, para os munícipes saber quais são as ações desenvolvidas e se estão de acordo com as necessidades apresentadas.

**Considerações Finais:**

O Presente Plano é de suma importação para o norteamento da Política Pública da Assistência Social para que essa se efetive como direito social de quem dela necessitar.

**Aprovação do CMAS**

Parecer do CMAS: O Conselho Municipal de Assistência Social órgão colegiado de caráter deliberativo e permanente com composição paritária fiscalizador da política de Assistência tendo como principais objetivos de acompanhar com regularidade as ações deste plano fazendo-se cumprir o mesmo de forma a garantir os direitos sociais da população em vulnerabilidade social.

Data da reunião: 10/07/2025

Ata n°:03/2025

Resolução n° 004/2025: - Publicação: 11/07/2025

**REFERÊNCIAS**

BRASIL, Constituição Federal (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social.

LOAS, Lei Orgânica da Assistência Social. 4ª Edição. Brasília: 2017. BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social.

PNAS, Política Nacional de Assistência Social. Brasília: 2004. BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Brasília: 2012. BRASIL,Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Cadernos de Orientações do PAIF e SCFV. Articulação necessária na Proteção Social Básica. Brasília: 2016.

Programa Bolsa Família.Lei Federal nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, Brasília- DF. SMAS.

Plano Municipal de Assistência Social De Itapé - Bahia Quadriênio 2018 a 2021: Itapé-BAHIA, 2021 DIÁCOMO, Murilo José.

ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente. São Paulo, 2011 MDS.Tipificação Nacional de Serviços Socioassistencial, 2014. Brasília- DF

1. Equipe única formada Por um Psicólogo, um Assistente Social e um Advogado lotados e atendendo no órgão Gestor da Assistência Social. [↑](#footnote-ref-1)
2. [↑](#endnote-ref-1)
3. O Acolhimento/Instituição de acolhimento é terceirizado pelo Município através de Convênio. [↑](#footnote-ref-2)